

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

BERNARDO DAVI ALVES DE SOUSA

O CAFÉ COMO MOTOR PRIMÁRIO DA INDÚSTRIA:

estudo bibliográfico e documental sobre o início do complexo industrial paulista no final do
século XIX e início do XX

Uberlândia

2026

BERNARDO DAVI ALVES DE SOUSA

O CAFÉ COMO MOTOR PRIMÁRIO DA INDÚSTRIA.

estudo bibliográfico e documental sobre o início do complexo industrial paulista no final do século XIX e início do XX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em História

Orientador: dr. Sérgio Paulo Morais

Uberlândia

2026

BERNARDO DAVI ALVES DE SOUSA

O CAFÉ COMO MOTOR PRIMÁRIO DA INDÚSTRIA.

estudo bibliográfico e documental sobre o início do complexo industrial paulista no final do século XIX e início do XX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em História

Uberlândia, 02/03/2026

Banca Examinadora:

Sérgio Paulo Morais – Doutor (INHIS-UFU)

Deivy Ferreira Carneiro – Doutor (INHIS-UFU)

Mario Borges Netto – Doutor (Faced/UFU)

Dedico o seguinte trabalho a todos meus familiares, mas principalmente a meu pai Jadson, minha mãe Lindalva, meu irmão Lucas e minha namorada Bárbara pelo estímulo, carinho e apoio durante toda minha formação acadêmica e a realização deste trabalho acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor e amigo Sérgio Paulo Morais pela disponibilidade, paciência, motivação e orientação nesta caminhada acadêmica.

Aos colegas e amigos Caique Vancim Dentello e Miguel Rodrigues de Camargo Paladino, pelas ajudas durante o curso e realização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) meus mais sinceros agradecimentos.

Ainda acrescento ao meu agradecimento todos os professores e professoras que contribuíram para minha formação e para a realização do curso de história na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

“Em razão da hegemonia do capital cafeeiro o movimento da economia brasileira entre 1888 e 1932 é imprimido, em última instância, pela acumulação cafeeira.”

(Mello, 1975, p. 128.)

RESUMO.

A economia cafeeira está diretamente associada com a formação do complexo industrial paulista entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, tal industrialização foi a base para o desenvolvimento econômico brasileiro que reverbera até a contemporaneidade. O presente trabalho busca responder de que modo o capital acumulado no setor cafeeiro contribuiu para a consolidação da indústria em São Paulo. A partir de uma perspectiva materialista da história econômica, o estudo dialoga com a produção de João Manuel Cardoso de Mello, Caio Prado Júnior e Emília Viotti da Costa, dentre outros, enfatizando a articulação entre agricultura de exportação, sistema financeiro, expansão ferroviária, e formação do mercado interno, buscando entender como que a industrialização paulista não representou ruptura com o modelo agroexportador, mas constituiu um desdobramento das próprias dinâmicas de acumulação e das transformações nas relações sociais de produção engendradas pelo capital cafeeiro.

Palavras-chave: Economia; Café; Indústria; São Paulo.

ABSTRACT.

The coffee-based economy is directly associated with the formation of São Paulo's industrial complex between the late 19th century and the early decades of the 20th century. This industrialization constituted the foundation for Brazil's economic development, whose effects continue to resonate into the present. This study seeks to examine how the capital accumulated in the coffee sector contributed to the consolidation of industry in São Paulo. Grounded in a materialist perspective of economic history, the analysis engages with the works of João Manuel Cardoso de Mello, Caio Prado Júnior, and Emília Viotti da Costa, among others, emphasizing the articulation between export-oriented agriculture, the financial system, railway expansion, and the formation of the domestic market. It aims to demonstrate that industrialization in São Paulo did not represent a rupture with the agro-export model, but rather a development arising from the very dynamics of capital accumulation and the transformations in the social relations of production engendered by the coffee economy.

Keywords: Economy; Coffee; Industry; São Paulo.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A: Mapa da expansão cafeeira paulista entre 1840 e 1885.	59
Anexo B: Exportadores de café durante o ano financeiro 1885-1886 – valores café em.....	60
sacas de 60 kg	60
Anexo C: compra de ações de sociedades anônimas por parte de José de Lacerda Guimarães através da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., 1889-1893 – valores em réis (Rs.).....	61
Anexo D: Carta para formalizar o início da utilização (em trafego provisório) a parte construída da Estrada de Ferro de São Carlos do Pinhal.	62
Anexo E: Composição da riqueza do Conde do pinhal em 1901	63
Anexo F: Aumento da produção do café x população ao longo do século XIX e início do século XX	63
Anexo G: Empresas de máquinas, oficinas mecânicas e fundições, estado de São Paulo no início do Século XX.....	64
Anexo H: relação do número de estabelecimentos de indústrias em São Paulo nos anos de 1911 e 1912.....	65

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.	17
2. O CAFÉ COMO MOTOR PRIMÁRIO DA INDÚSTRIA.	19
2.1 A TRANSIÇÃO DE ECONOMIA COLONIAL PARA INDUSTRIAL.	19
2.2. DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA CAFEIRA.	24
2.3. AS BAIXAS DO CAFÉ E OS INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA.	31
3. CAFÉ, CRISE E CRIATIVIDADE ECONÔMICA.	38
3.1. FORMAÇÃO INICIAL DAS FERROVIAS.	38
3.2. CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL	41
3.3. CRISE PRÉ GUERRA E A RESPOSTA PRODUTIVA.....	50
4. considerações finais	53
REFERENCIAS:	57
ANEXOS:	59

1. INTRODUÇÃO.

O presente trabalho tem como objeto central a relação entre a economia cafeeira e a formação do complexo industrial paulista, com recorte espacial concentrado no estado, de São Paulo, especialmente na região do Oeste Paulista, e recorte temporal situado entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O período selecionado corresponde à fase de expansão e crise da economia cafeeira, à transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado e à consolidação das bases da industrialização paulista. Partindo da premissa de que a industrialização em São Paulo não foi um fenômeno dissociado da estrutura agrário-exportadora anterior, mas resultou de transformações internas à própria dinâmica do capital cafeeiro.

A investigação teve início a partir da seguinte questão central: de que modo o capital acumulado na economia cafeeira contribuiu para a formação da indústria paulista? Essa problemática orienta o conjunto da análise e desloca o enfoque de uma narrativa meramente descritiva da industrialização para uma interpretação estrutural de suas condições de possibilidade. O objetivo, portanto, não é apenas identificar a coexistência entre café e indústria, mas compreender os mecanismos concretos de conversão do excedente agrário em capital industrial, bem como as mediações institucionais, políticas e infraestruturais que permitiram essa transição, propondo desenvolver um entendimento dos caminhos que se sucederam que levaram ao momento econômico e industrial atual brasileira.

A escolha do tema insere-se em um interesse mais amplo pela História Econômica como campo privilegiado para a compreensão das transformações sociais. O estudo da economia cafeeira e da industrialização paulista permite revelar as bases materiais que estruturaram as relações de classe, a organização do trabalho, a formação do Estado republicano e as dinâmicas de dependência externa. Ao evidenciar a centralidade do capital agrário no berço da indústria nacional, a pesquisa contribui para mostrar como processos econômicos influenciam relações sociais e políticas. Além disso, compreender a formação histórica da indústria brasileira torna-se particularmente relevante no contexto contemporâneo, marcado por processos de desindustrialização, reprimarização das exportações e vulnerabilidade externa. Retomar as origens do complexo industrial paulista permite refletir criticamente sobre os limites estruturais da industrialização brasileira e sobre os desafios atuais de desenvolvimento econômico. A perspectiva adotada neste trabalho é de orientação materialista, fundamentada na História

Econômica, privilegiando a análise das estruturas produtivas, da acumulação de capital e das relações entre Estado, mercado e classes sociais.

Do ponto de vista historiográfico, o trabalho dialoga com interpretações clássicas e contemporâneas sobre a formação econômica brasileira. A obra de João Manuel Cardoso de Mello oferece o referencial teórico para compreender a passagem da economia mercantil-escravista ao capitalismo industrial dependente, enfatizando a centralidade da acumulação interna de capital e das contradições do sistema agroexportador. Caio Prado Júnior contribui com a interpretação da economia colonial como estrutura voltada ao exterior, cuja lógica condicionou os limites do desenvolvimento industrial posterior. Emília Viotti da Costa fornece elementos para a análise das transformações sociais decorrentes da crise do escravismo e da transição para o trabalho livre. Também são mobilizados autores como Wilson Cano, cujas análises quantitativas e estruturais permitem dimensionar o crescimento industrial paulista e discutir criticamente as estimativas de produção e investimento no período. O trabalho insere-se, assim, no debate sobre a natureza da industrialização brasileira, a partir de concordâncias e choques de ideias dos autores já citados, analisando os resultados de choques externos, como as guerras e crises internacionais, ou fruto de um processo interno de acumulação vinculado à economia cafeeira.

Quanto às fontes e ao corpus documental, a pesquisa fundamenta-se em bibliografia especializada em História Econômica e História do Brasil Republicano, complementada por dados censitários, registros estatísticos de produção industrial, informações sobre linhas ferroviárias e documentação empresarial relativa às companhias ferroviárias e às primeiras indústrias paulistas. Foram também considerados fontes comerciais, relatórios ministeriais e registros vinculados à política de imigração e à organização da infraestrutura ferroviária, elementos que permitem compreender as articulações entre capital privado, Estado e expansão produtiva.

O trabalho estrutura-se em dois capítulos. O primeiro capítulo discute a formação da economia colonial e a consolidação da economia mercantil-escravista, analisando os fundamentos estruturais da inserção do Brasil no capitalismo mundial e as bases da acumulação primitiva que sustentaram a posterior expansão cafeeira. Em seguida examina a expansão da economia cafeeira no Oeste Paulista, a crise do escravismo, a transição para o trabalho assalariado e o papel da imigração, destacando os mecanismos de acumulação e diversificação do capital agrário. O segundo capítulo, intitulado “Café, crise e criatividade econômica”, analisa a formação da infraestrutura ferroviária, a concentração industrial e as crises do final do século

XIX e do período pré-Primeira Guerra Mundial, demonstrando como o capital cafeeiro foi redirecionado para a indústria e como se consolidaram as bases do complexo industrial paulista.

Dessa forma, ao articular economia cafeeira, infraestrutura ferroviária, políticas estatais e expansão industrial, o trabalho busca demonstrar que a industrialização paulista não representou uma ruptura abrupta com a estrutura agrária anterior, mas um desdobramento de suas próprias contradições e potencialidades internas, constituindo um momento decisivo na formação econômica brasileira.

2. O CAFÉ COMO MOTOR PRIMÁRIO DA INDÚSTRIA.

2.1 A TRANSIÇÃO DE ECONOMIA COLONIAL PARA INDUSTRIAL.

A formação do complexo industrial paulista no final do século XIX e início do XX está intrinsecamente ligada ao processo de acumulação de capital proporcionado pela economia cafeeira, além de ser consequência direta das transformações econômicas e sociais a qual ocorreram durante o final da Monarquia até o início da República que criaram condições, materiais e financeiras, para o surgimento das primeiras indústrias na região do Oeste Paulista. Para se compreender o crescimento dessa região como um dos principais focos econômicos do final do século XIX, o que possibilitou o surgimento de uma indústria nacional de produtos de consumo, precisamos primeiramente entender os últimos passos de uma monarquia decadente e como estes levaram à queda da economia colonial tradicional, dando lugar a uma nova economia progressista.

A economia colonial, dita como tradicional, se mostra de importância significativa para a compreensão dos tramites que a economia nacional traçou, que vieram com o decorrer da história do Brasil. Portanto, essa tradicional economia nos mostra a estrutura que vem da colônia e que se mostrou eficaz por boa parte da existência do mercado colonial. Para uma melhor compreensão de tal estrutura, olhemos para como João Manuel Cardoso de Mello, em seu trabalho, *O capitalismo tardio*¹, inicia sua investigação pela estrutura econômica da colônia. A economia colonial era composta por dois setores básicos: um setor exportador, voltado à produção em larga escala de bens destinados ao mercado mundial (como açúcar, tabaco e metais

¹ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

preciosos), organizado sob relações de trabalho forçado (escravo ou servil), e um setor produtor de alimentos, voltado à subsistência ou ao abastecimento do setor exportador. O setor de alimentos possuía um caráter mercantil apenas na medida em que fornecia subsistência para a força de trabalho empregada no setor exportador, podendo, em outros casos, estar embutido neste último.

O setor exportador produz, em larga escala, produtos coloniais (açúcar, tabaco, metais preciosos, etc.) destinados ao mercado mundial. A produção mercantil é organizada pelos proprietários dos meios de produção e o trabalhador direto está sujeito à compulsão. Quer dizer, a empresa colonial de exportação assenta-se no trabalho compulsório, servil ou escravo. O setor produtor de alimentos só é mercantil na medida em que o tempo de trabalho da força de trabalho empregada no setor exportador é dedicado, exclusivamente, à produção de mercadorias de exportação. Este setor pode estar organizado à base de trabalho servil, trabalho escravo ou, mesmo, por produtores independentes. Porém, parte do tempo de trabalho da força de trabalho do setor exportador pode ser empregada na produção de subsistência.²

Do ponto de vista generalista, a economia colonial constituía instrumento essencial para a acumulação primitiva de capital na Europa. A economia colonial também, pode ser definida como altamente especializada e complementar à economia metropolitana. Para que essa função fosse garantida, como instrumento de acumulação primitiva, foram estabelecidos mecanismos de exploração capazes de assegurar essa posição da colônia, destes são três os principais, segundo Mello, primeiro a geração de excedentes transformados em lucro no mercado internacional; em segundo, a criação de mercados coloniais cativos para os produtos metropolitanos; e terceiro a transferência quase integral dos lucros para a burguesia metropolitana.

Esse sistema era reforçado pelo monopólio comercial, conhecido como exclusivo metropolitano que operava por meio da imposição de preços baixos aos produtos coloniais e preços elevados aos produtos europeus, ao que se somava a tributação como instrumento adicional de apropriação de excedentes.

Finalmente, o monopólio de comércio, o exclusivo metropolitano, era o mecanismo fundamental pelo qual o excedente gerado na colônia se transferia à burguesia comercial metropolitana, bem como providenciava que por ela fossem supridos os mercados coloniais. A exclusividade na compra rebaixava ao máximo os preços de aquisição dos produtos coloniais e a exclusividade na venda estabelecia para os produtos metropolitanos os mais altos preços possíveis.³

Assim, a colonização não representou apenas a exploração de modos de produção pré-existentes, mas sim a constituição ativa de uma nova economia voltada à produção mercantil

² PRADO JÚNIOR., 1953 apud MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 36-7.

³ MELLO, Ibid., p. 40.

sob comando do capital comercial. Nesse sentido, Mello argumenta que há capitalismo formal na economia colonial, não apenas pelo fato de que a produção era mercantil e orientada pelo lucro, mas porque o capital comercial interveio diretamente no âmbito da produção, subordinando o trabalho de forma compulsória para viabilizar a acumulação primitiva. O elemento central dessa dinâmica é a articulação entre capitalismo e colonização, que faz da economia colonial um instrumento histórico do desenvolvimento capitalista europeu.

Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, estabelecendo a empresa colonial. Indo muito além do simples domínio direto da produção, o capital subordina o trabalho e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório. Fica claro, enfim, que o decisivo são as articulações entre capitalismo e colonização, o caráter de instrumento de acumulação primitiva da economia colonial.⁴

Com o advento do capitalismo industrial, entretanto, esse mesmo mecanismo passaria a limitar o desenvolvimento do novo regime de produção. A produção colonial, baseada no trabalho escravo e voltada à acumulação primitiva, já não atendia às necessidades da industrialização, capitalismo industrial já não demandava os produtos coloniais típicos, mas sim alimentos e matérias-primas produzidos em massa para reduzir os custos de reprodução da força de trabalho e os elementos do capital constante. Viabilizada pelo trabalho assalariado e pela ampliação dos mercados consumidores.

Porém, não se trata mais de produção colonial, pois o “sentido” da produção mercantil complementar é bem outro. Não mais produtos agrícolas coloniais e metais preciosos, e, sim, alimentos e matérias-primas produzidos em massa (pelo conjunto da periferia), porque só produção em massa pode significar preços baixos. Não mais produção mercantil para fomentar a acumulação primitiva, senão produção mercantil complementar para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e para baratear o custo dos elementos componentes do capital constante.⁵

Com as mudanças para as necessidades crescentes do capitalismo industrial, foi proposta a reorganização da periferia em bases capitalistas. Na América Latina como um todo, isso significou o início da crise das economias coloniais, estimulando a ruptura do Pacto Colonial e a formação de Estados Nacionais, embora o trabalho compulsório tenha persistido, foi pouco a pouco dando lugar a uma força de trabalho assalariada que supria as demandas de um capitalismo crescente, que necessitava de uma massa de pessoas que pudessem comprar de seus produtos, no caso brasileiro isso se instaura durante os últimos anos de monarquia e acaba por afetar parte de uma elite cafeeira nacional dependente da escravidão.

⁴ MELLO, Ibid., p. 44-5.

⁵ MELLO, Ibid., p. 44-5.

Os últimos anos da monarquia brasileira foram marcados por decisões, principalmente pelas leis contra escravidão, que evidenciaram a crise do sistema tradicional dos senhores do café do Vale do Paraíba. A autora Emília Viotti da Costa, em seu livro *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*, destaca “O sistema escravista entrou em crise, solapado pelas novas condições econômicas, que a Revolução Industrial criara no campo internacional, e pelas mudanças ocorridas na economia brasileira.”⁶.

Tais mudanças e impactos podem ser observadas na economia cafeeira, tal produto se torna um dos mais importantes para entendermos o desenvolvimento econômico nacional, tal como a análise de Caio Prado Júnior, em seu trabalho, *História Econômica do Brasil* sobre a história econômica do Brasil, o motivo a qual tal produto, o café, representar grande importância na visão nacional da economia, é pelo café ser um eixo dinâmico da economia, principalmente a partir do Império e, sobretudo, durante a Primeira República. Segundo o autor, “De todos os produtos brasileiros modernos, o primeiro e soberano lugar cabe ao café. Já o encontramos na fase anterior, sob o Império, em marcha ascendente e avassaladora das principais e melhores atividades do país.”⁷.

Ao olharmos para a trajetória da economia cafeeira, no entanto, vimos que a mesma não foi linear nem homogênea no território nacional. Prado Júnior observa um padrão cíclico de ascensão e decadência em diferentes regiões. Enquanto o Oeste Paulista, uma região “quase deserta”, daí a sua importância para uma “nova leva” de produtores, era rapidamente conquistado e ocupado pelas novas culturas, outras áreas de ocupação mais antiga, como o leste de São Paulo, o Rio de Janeiro e Minas Gerais, assistiam à “consumação final” da decadência iniciada ainda no Império. O autor descreve de forma vívida o cenário de abandono nessas regiões:

Coisa muito diversa dar-se-á em outros setores de ocupação mais antiga; mesmo em São Paulo, na sua parte oriental, bem como no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. A decadência da lavoura cafeeira, já iniciada aí no Império, chegará agora em boa parte destas regiões à sua consumação final. Somente as ruínas de velhas mansões senhoriais, antigas residências de opulentos fazendeiros, denotam nelas a rápida passagem da riqueza do café; as plantações desapareceram e em seu lugar não encontramos outra coisa que uns pobres pastos que alimentam um gado miserável e ralo. O que sobra de café são apenas culturas decadentes e esparsas, em processo contínuo de aniquilamento⁸

⁶ COSTA, Emília Viotti Da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 464.

⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 225.

⁸ PRADO JÚNIOR, Ibid., p. 227.

A concorrência das férteis terras virgens do Oeste Paulista, com ótimos solos para a produção, topografia favorável e clima adaptável ao imigrante europeu, canalizou para essa região os “melhores esforços e recursos do país”, concentrando ali mais da metade dos cafezais e 60% da produção nacional⁹.

Para um melhor entendimento vale compreendermos quais cidades participavam do Oeste Paulista. Localizada no interior de São Paulo, abrange a área de Campinas a Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Catanduva. Alcançava, também, a região de Ribeirão Preto, onde os fazendeiros, àquela época, substituíam as lavouras de cana-de-açúcar, em queda de preço, pelo café, que se encontrava em expressiva ascensão. Para esta pesquisa, entretanto, serão analisadas apenas as cidades de Araraquara, Campinas e Ribeirão preto, em razão de terem sido polos de cafezais, de industrialização e de expansão da linha ferroviária.¹⁰

Contudo, esse grande progresso quantitativo não foi acompanhado por um equivalente avanço qualitativo das lavouras de café. Os processos agrícolas permaneceram rudimentares, com melhorias limitadas basicamente ao beneficiamento do grão. A principal inovação, de fato, foi a “introdução geral do trabalho livre”, que melhorou as condições de exploração agrária em comparação com o regime escravista. O sistema adotado no Oeste Paulista combinava salário fixo, uma quota variável pela colheita e o direito do colono de utilizar lotes de terra para subsistência, configurando uma relação de trabalho distinta daquela vigente no Vale do Paraíba¹¹. Nesse contexto, os fazendeiros mais dinâmicos do Oeste Paulista souberam adaptar-se às novas condições, reinvestindo parte de seus lucros em atividades urbanas e industriais. A formula usada pela elite cafeeira tradicional para tentar manter sua produtividade, com o sistema de parceria com trabalhadores imigrantes, os quais vinham para o Brasil em busca de sua terra e trabalho, tal política se encontrou dificuldades por diversas reclamações dos donos das fazendas, “Segundo a queixa dos proprietários, muitos colonos eram preguiçosos e dados ao vício da bebida, o que os tornava desordeiros e violentos. Sua produtividade era baixa.”¹². Os barões do café, acostumados com um sistema escravista, a qual os escravizados eram

⁹ PRADO JÚNIOR, Ibid., p. 227.

¹⁰ Analisar o anexo A, para o melhor entendimento, com o mapa da expansão cafeeira paulista referente aos anos 1840 até os anos 1885.

¹¹ PRADO JÚNIOR, Ibid., p. 228.

¹² COSTA, Emília Viotti Da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 213.

obrigados a trabalhar sem parar ou exigir algo deles, se mostram perdidos quando se deparavam com trabalhadores que exigiam qualquer tipo de qualidade de vida básica.

2.2. DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA CAFEIEIRA.

Um grande exemplo da elite cafeeira nova que se diversificou e se adaptaram as novas condições nacionais para a produção de café e diversificação de suas economias foi feita pelo Barão de Arary, José de Lacerda Guimarães, com o grupo *J. F. de Lacerda & Cia*, no complexo exportador cafeeiro.

Em 22 de dezembro de 1870, foi fundada na cidade de Santos a *Associação Comercial de Santos* (ACS), instituição que desempenhou papel central na organização do comércio de exportação paulista. Em seus primeiros cinquenta anos de funcionamento, a ACS concentrou suas atividades na importação e exportação de café, e em menor escala, de outros gêneros como o algodão, atuando como órgão regulador e representativo dos interesses dos negociantes santistas. Entre os catorze presidentes que a dirigiram entre 1870 e 1920, doze foram grandes comissários de café, destacando-se nomes como Nicolau Vergueiro (presidente entre 1870 e 1878) e Antônio de Lacerda Franco (1887-1888), filho de Bento de Lacerda Guimarães e neto do Alferes Franco. Este último, posteriormente conhecido como Senador Lacerda Franco, era sobrinho de José de Lacerda Guimarães e primo de Joaquim Franco de Lacerda, o que evidencia a inserção dessa família na elite comercial e política ligada ao café.

Entre 14 presidentes da ACS, período 1870-1920, encontramos nomes de grandes comissários de café – só dois presidentes não o foram – como Nicolau Vergueiro (1870-1878), e, entre 1887-1888, a ACS foi presidida por Antonio de Lacerda Franco, filho de Bento de Lacerda Guimarães com Manuela de Cássia Franco de Camargo, portanto, neto do Alferes Franco, sobrinho de José de Lacerda Guimarães e primo de Joaquim Franco de Lacerda. Antonio receberia posteriormente a alcunha de Senador Lacerda Franco.¹³

O fato de Joaquim Franco de Lacerda figurar entre os membros fundadores da ACS reforça a hipótese de que ele mantinha negócios diretos na praça de Santos vinculados ao comércio do café. A nova *J. F. de Lacerda & Cia.*, agora formada por José de Lacerda

¹³ SILVA, Gustavo Pereira Da. Uma dinastia do capital nacional: A formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897). Orientadora: Dra. Lígia Maria Osório Silva. Campinas: Tese de Doutorado (tese para obtenção do título de Doutor em desenvolvimento econômico, na área de História Econômica). Unicamp, 2011, p. 181.

Guimarães e seu filho Joaquim Franco de Lacerda, consolidou o padrão característico dos investimentos dos Lacerda Franco na economia cafeeira paulista do século XIX: a associação de capitais familiares para constituição de empresas. A origem desses capitais remontava à região de Atibaia e Jundiaí, com atividades ligadas à lavoura de alimentos, ao comércio de animais e à produção de aguardente, todas dependentes do trabalho escravizado. Durante a primeira metade do século, sob a liderança do Alferes Franco, essa riqueza converteu-se em engenhos, terras e escravizados voltados à produção de açúcar na região de Limeira. Por volta de 1850-1860, o capital familiar migrou para a cafeicultura, tanto em Jundiaí quanto em Limeira, acompanhando o avanço do café pelo Oeste Paulista.

A consolidação dessa trajetória familiar ocorreu com a formalização, em 14 de julho de 1884, da sociedade J. F. de Lacerda & Cia., registrada na Junta Comercial da cidade do Rio de Janeiro. Os sócios solidários eram Joaquim Franco de Lacerda e Antônio de Lacerda Franco, ambos residentes em Santos; e os comanditários, Joaquim Franco de Camargo Júnior e João Soares do Amaral, residentes em Araras. A empresa tinha por objetivo o comércio de comissões, a compra e venda de café nas praças de Santos e Rio de Janeiro e a exportação para o exterior, tanto por conta própria quanto de terceiros.

Para famílias abastadas como os Lacerda Franco, em um contexto de sistema bancário ainda necessitado de novidades, a formação de sociedades representava mais um mecanismo de reorganização interna de capitais do que uma busca por crédito externo, com a criação de grandes sistemas bancários como *Banco União de São Paulo*, da cidade de São Paulo em 1890; *Banco dos Lavradores*, da cidade de Campinas em 1890, viram sua criação com o capital cafeeiro.

Em relação ao banco União de São Paulo, vimos que na presidência estava um dos grandes comissários e exportadores de café de São Paulo que era Antonio de Lacerda Franco, filho do Barão de Araras (Bento de Lacerda Guimarães). Além dele outras figuras de renome compunham a diretoria, dentre eles Alexandre Siciliano, que comandava a maior firma de importação e manufatura de equipamentos industriais em São Paulo, a Companhia Mechanica e Importadora de São Paulo.¹⁴

A ausência de sociedades por ações entre suas empresas evidencia a autossuficiência financeira da família e sua independência em relação a capitais estrangeiros. Nesse sentido, o caso dos Lacerda Franco ilustra, no âmbito do complexo cafeeiro paulista, a força do capital

¹⁴ SILVA, Ibid., p. 235.

nacional, que expressa a capacidade dos capitais locais de se projetarem em setores de predominância estrangeira, como o da exportação de café.¹⁵

Dentre os principais bancos de São Paulo, dentre os já citados anteriormente, também podemos colocar alguns bancos nacionais que eram acionados principalmente por empresários do café, como o Banco mercantil de Santos, ou propriamente o Banco do Brasil.

Três grandes bancos nacionais com sede na capital se afirmam nesses anos: a Casa Bancária da Província (embrião do futuro Banco do Comércio e Industria de São Paulo), Comercial de São Paulo e da Lavoura. Característica comum aos três é a presença, entre seus diretores e acionistas, de ‘empresários’ que atuavam nos mais diversos ramos: agricultura, comércio, empresas ferroviárias e de serviços urbanos. Trata-se de segmento característico do setor bancário de São Paulo e mantém, ao longo do período que se segue, importante parcela do mercado.¹⁶

Porém, tal seguimento, o bancário, não encontrou uma “terra fértil” ao analisarmos seu desenvolvimento apenas com os setores agrários da época, também incluso o café. Havia grande dificuldade em diferentes partes da arrecadação de empréstimos e crédito, uma vez que o valor arrecadado sobre os bens hipotecados mal chegava ao real valor desses bens, uma situação frequente nos grandes bancos da capital, mas que não se mostrava diferente dos pequenos bancos do interior. Além de ser algo acessível apenas para pequena parte dos lavradores, uma vez que até mesmo o acesso aos bancos, com implicações no custo de transporte e hospedagem, junto do abandono da lavoura, se mostrava limitadores importantes para os fazendeiros em busca de crédito.

Além de se existir uma grande problemática na cooperativa rural uma vez que, olhando para realidade do plantio de café, sempre foi problemático a falta de crédito em momentos ociosos das plantações, além de todos os cafeicultores precisarem de créditos em uma parcela de tempo próxima, dificultando os bancos a manterem suas reservas, e com a necessidade de dinheiro constantemente se mostrar crescente, mesmo com a desvalorização do mercado, que ocorreu no início do século XX, por exemplo, o crédito era ainda necessário para os fazendeiros conseguirem custear suas plantações, o que se mostrou cada vez mais inviável.

Outra tentativa – a de bancos de Custeio Rural – organizada sob a forma de cooperativa, não conseguiu sobreviver mais do que alguns anos. Seu princípio de funcionamento já era problemático, pois admitindo operações apenas com seus associados, todos eles proprietários rurais, não teria condições de recolher saldos monetários ociosos para empréstimos: todos os associados demandariam recursos à mesma época, assim como suas disponibilidades se fariam presentes

¹⁵ Para melhor contexto de uma dessas dominâncias analisar anexo B, onde mostra a casa exportadora J. F. de Lacerda & Cia como a maior exportadora, com cerca de 5 mil sacas a mais que o segundo lugar Zerrener Bulow & C.

¹⁶ SAES, Flávio Azevedo Marques De. Crédito e desenvolvimento em economias agroexportadoras: O caso de São Paulo (1850-1930). 29. ed. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 1988, p. 37.

simultaneamente. Em suma, faltaria recursos do plantio até a safra e sobriariam imediatamente após a venda do produto.¹⁷

Desta forma, o desenvolvimento bancário de São Paulo se mostrou caminhando por outro caminho que não o do desenvolvimento da lavoura.

Desse modo, é compreensível que o crédito dos comissários continuasse a funcionar junto aos fazendeiros de café, mesmo nos anos vinte deste século, quando os grandes bancos instalam agência em cidades do interior. Em suma, estes argumentos reforçam a hipótese de que o sistema bancário de São Paulo nasceu e viveu em função da atividade urbana, mesmo que este sistema estivesse situado numa economia agroexportadora e aquela atividade urbana fosse, em grande parte, sustentada pela agroexportação.¹⁸

Voltando ao auge da trajetória do Barão de Arary, esse ápice da trajetória ocorreu em 1886, quando a J. F. de Lacerda & Cia. alcançou o topo do setor exportador cafeeiro¹⁹, consolidando-se como uma das principais casas comissárias e exportadoras do país. Com sedes em Santos, Rio de Janeiro e Havre (França), a firma integrava todas as etapas do circuito econômico do café, da produção à exportação, apropriando-se integralmente dos lucros em um momento de expansão vigorosa do capital cafeeiro paulista (1885-1896). A sociedade mantinha caráter nitidamente familiar, composta pelos sócios solidários Joaquim e Antônio de Lacerda Franco, e pelos comanditários João Soares do Amaral e Joaquim Franco de Camargo Júnior, estes últimos apenas na filial santista. Na filial francesa, sediada em Havre, figurava ainda José de Lacerda Guimarães, o futuro Barão de Arary, reforçando a dimensão internacional das operações²⁰.

Até o fim do regime escravista, a diversificação dos investimentos do Barão de Arary era relativamente restrita, concentrando-se nas ações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Vias Fluviais, a maior sociedade anônima paulista de 1886, com 100 mil ações emitidas e capitalização de 20.000 contos de réis, cerca de 28% de todo o capital mobilizado por sociedades por ações no estado²¹. O atrativo dessas ações residia na garantia de juros pelo governo e nos dividendos pagos aos acionistas, uma vez que as ferrovias eram o elo essencial do transporte do café do interior ao porto. O avanço da cafeicultura rumo ao Oeste Paulista,

¹⁷ SAES, *Ibid.*, p. 47.

¹⁸ SAES, *Ibid.*, p. 47.

¹⁹ Anexo B.

²⁰ SILVA, Gustavo Pereira Da. Uma dinastia do capital nacional: A formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897). Orientadora: Dra. Ligia Maria Osório Silva. Campinas: Tese de Doutorado (tese para obtenção do título de Doutor em desenvolvimento econômico, na área de História Econômica). Unicamp, 2011, p. 207.

²¹ SAES, 1981, p. 45 apud Silva, *Ibid.*, p. 228

especialmente à região de Ribeirão Preto, aumentou significativamente a lucratividade dessas companhias e, conseqüentemente, a rentabilidade dos investimentos acionários.

Entre 1889 e 1891, o Barão de Arary adquiriu ações da Companhia Paulista em nome próprio, tornando-se o quarto maior acionista individual da empresa, com 3.426 ações, equivalentes a 2,28% das 150.000 ações distribuídas entre 890 acionistas²². Durante os anos 1890 e 1891, podemos ver a entrada de 10% de 250 ações da Cia. Lacerda, além de ações da Estrada de Ferro do Muzambinho, além da entrada sobre 400 ações da Companhia Fabril Paulistana. Por fim, entradas e chamadas de bancos nacionais que eram fortemente influenciados pelo capital cafeeiro, como o Banco União de São Paulo²³. Esse movimento confirma o papel central do capital cafeeiro nacional na formação e dinamização das infraestruturas de transporte, que foram, simultaneamente, instrumentos e beneficiárias da expansão do café no Oeste Paulista. Sendo apenas um dos principais barões do café, que financiavam toda essa revolução nacional, tendo outros como, o senhor da família Arruda Botelho, conhecido posteriormente como Conde do Pinhal.

Na região a Após a subida da Serra de Rio Claro, os vastos campos que ali existiam, conhecidos como Campos de Araraquara, a qual em torno do pequeno vilarejo que ali existia onde a família Botelho se consolidou, desde a época onde o cultivo de cana de açúcar na região de rios claros era mais comum.²⁴ Antônio Carlos de Arruda Botelho, que ao longo de sua vida recebeu os títulos de Barão (1879), Visconde (1883) e Conde do Pinhal (1887), destacou-se como a principal figura à frente da Fazenda Pinhal. Embora a produção de café na propriedade não fosse das mais expressivas em termos de volume, a fazenda sob sua direção notabilizou-se pelo uso de maquinários e tecnologias importadas, que contribuíam significativamente para o aumento da eficiência e da rentabilidade de suas atividades.

Antonio Carlos investiu na produção de café em suas fazendas com a compra de máquinas de beneficiamento e outros equipamentos que auxiliavam no preparo do grão após a colheita. Na Fazenda Pinhal, onde a plantação de café não era tão expressiva (algo em torno de 80.000 pés), Antonio Carlos equipou a tulha da fazenda com uma máquina de beneficiamento das indústrias MacHardy e importou uma turbina para movimentá-la. Junto com a máquina de beneficiamento encomendou ao engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, as vagonetas e trilhos do sistema Decauville, utilizados para o transporte do grão seco de café do terreiro até a tulha.²⁵

²² SILVA, Ibid., p. 192.

²³ Para melhor análise, da diversificação do poder econômico da família Lacerda conferir anexo C.

²⁴ Analisar o Anexo A: Mapa da extensão cafeeira paulista entre 1840 e 1885, para melhor contexto geográfico.

²⁵ RIBEIRO, Maria Alice Rosa; CAMPOS, Cristina De. História da riqueza na economia cafeeira paulista: a família Arruda Botelho (1854-1901). 24. ed. Campinas: Artigos & Ensaios, 2012, p. 63.

Contudo, a falta de transporte para o escoamento de produtos na região dos Campos de Araraquara inviabilizava uma maior produção de café na época, tanto por dificuldades de locomoção, por grandes quantidades serem inviáveis de serem feitas de forma mais primitivas, tanto por perda de produtos pela forma de transporte, o que tornava o aumento de produção inviável. A região, ainda não abrangida pela malha ferroviária do final dos anos de 1870, estaria carente de uma forma de escoamento de sua produção, e de maneira arriscada, ao dispensar ajuda de custo e garantia de juros a qual o governo proporcionava (os empresários tinham 7% da garantia de seus investimentos assegurados pelo governo, sendo 5% do governo central e 2% do governo provincial).

Em uma manobra ousada, Antonio Carlos, que desde 1879 era Barão do Pinhal, reuniu a quantia de cinco mil contos de réis entre os familiares de sua esposa e produtores locais de Rio Claro e dispensou o auxílio da garantia de juros. Foi a primeira empresa ferroviária a ser construída nestes padrões.²⁶

O uso de equipamentos considerados modernos para a época permitiu que a construção da nova linha férrea entre Rio Claro e Araraquara fosse concluída em um ritmo relativamente acelerado. Em 1883, a obra já se encontrava em condições de uso. Em carta, o engenheiro-chefe Antônio Francisco de Paula Souza, responsável pelo projeto, relatava que o trecho até então construído da Estrada de Ferro de São Carlos do Pinhal estaria apto a receber tráfego provisório, em março de 1883 (a obra foi formalmente finalizada no ano de 1884). Mesmo que a totalidade da linha ainda não estivesse finalizada, o trecho entre a cidade e estação do Feijão, equivalente a uma distância equivalente a 57 quilômetros, já poderia ser previamente utilizada, porém a parte até a cidade de São Carlos, necessitava de acabar o assentamento dos trilhos para poder receber tráfego provisório.²⁷

Essa ferrovia desempenhou papel fundamental na reestruturação da economia agrícola regional, ao possibilitar o aumento da produção das fazendas e o desenvolvimento de indústrias locais voltadas ao beneficiamento dos produtos agrícolas. Além disso, a ampliação da malha ferroviária promoveu maior mobilidade dos trabalhadores livres, que passaram a se deslocar com mais facilidade em um contexto de crescente urbanização. Esse processo, característico do desenvolvimento econômico e social impulsionado pelos investimentos ferroviários, será aprofundado em seções posteriores deste trabalho.

²⁶ GRANDI, 2007 apud RIBEIRO, Ibid., p. 64.

²⁷ Analisar o Anexo D: Carta para formalizar o início da utilização (em tráfego provisório) a parte construída da Estrada de Ferro de São Carlos do Pinhal.

Tal qual o Barão de Arary, o Conde do Pinhal também não manteve suas economias estagnadas em apenas um setor, algo bem corriqueiro para a maior parte dos grandes cafeicultores da época. Em 1889, a companhia de Antônio Carlos, foi vendida para o capital inglês, com a *São Paulo Railway Company* que estava interessada naquele trecho, a fim de aumentar sua zona de atuação, outro grande interessado, na época, por tal local foi a Companhia Paulista.

Em 1889, finalmente a companhia era vendida ao capital inglês, passando a ser a The Rio Claro – São Paulo Railway Company. O pagamento à vista foi de £1.050.000, ou seja, ao câmbio de 27 pences por mil réis, o valor em mil-réis da venda é de 9.332.400\$000.²⁸

Porém, tal venda se mostrou estratégica, uma vez que o capital e os bons ventos da economia, se juntando com outros fazendeiros abastados e abrindo três bancos um, na cidade de São Paulo, e outros dois, nas cidades do interior, São Carlos do Pinhal e Piracicaba. Com investimentos de outros grandes nomes da época, como o Barão de Piracicaba (Antônio Pais de Barros), Barão de Tatuí (Francisco Xavier Pais de Barros), Barão de Jaguará (Antônio Pinheiro de Ulhoa Cintra), dentre outras figuras que tinham o poder e dominavam as terras e também familiares.

Entre os acionistas estavam os parentes de sua esposa, condessa do Pinhal: Estanislau José de Oliveira, Barão de Araraquara, seu cunhado, irmão mais velho da condessa, grande proprietário de terras; João Batista de Mello Oliveira, quinto irmão da condessa e Rafael Paes de Barros, Barão de Piracicaba, seu concunhado, casado com uma irmã da condessa. Além dos aparentados participavam do empreendimento bancário: o Marquês de Três Rios, o Barão de Tatuí, Carlos Teixeira de Carvalho, José de Almeida Prado, Luiz Berrini e o Barão de Jaguará.²⁹

Outro empreendimento, dos diversos existentes, que se destaca dentre os investimentos do Conde do Pinhal foi à abertura da *Casa Comissária Arruda Botelho-Santos*. Tais casas comissárias se mostravam bem comuns no final do século XX, principalmente pelo café, de certo modo, ser um investimento “instável”, o motivo de tal instabilidade se dá por colheitas fracas, seja pelo clima, solo ou mesmo baixas do preço do café no mercado, quanto por diminuição do número de vendas do mercado internacional e também, como citado anteriormente, a plantação de café ser dividida em épocas de grande fartura, principalmente no final da colheita e venda, e épocas de seca, meio de temporada, a necessidade de dinheiro durante as épocas mais difíceis era comum, onde as casas comissárias normalmente adiantavam

²⁸ RIBEIRO Ibid., p. 65.

²⁹ RIBEIRO Ibid., p. 65.

os recursos monetários necessários para cobrir suas despesas e entregava ao comissário sua safra assim que possível, onde qualquer acontecimento que impactasse nas lavouras poderia ser uma grande tragédia se caso o fazendeiro já tivesse se comprometido, portanto endividado.

Importa destacar que essa diversificação de investimentos, observada entre os grandes cafeicultores, não implicava necessariamente uma diminuição na produção de café. Pelo contrário, em períodos de prosperidade, era comum que parte dos lucros obtidos com a lavoura fosse direcionada a novos empreendimentos, como forma de ampliar e consolidar o patrimônio familiar. Tal estratégia, exemplificada pelos investimentos do Barão de Arary e do Conde do Pinhal. Desta forma, vale entendermos o motivo dessa diversificação e investimentos.

2.3. AS BAIXAS DO CAFÉ E OS INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA.

Para a compreensão de como a indústria nacional se tornou atrativa para investimentos, se torna necessário primeiramente entender os limites naturais existentes que impediam o avanço da economia mercantil-escravista cafeeira e o que veio posteriormente a se tornar uma crise estrutural. Ao analisarmos a expansão da produção cafeeira e da oferta brasileira torna-se crucial demarcar a generalização do consumo e a ampliação da demanda internacional. Além disso, a expansão desse produto estava estruturada sobre três condições fundamentais, dentre elas, e principalmente, a disponibilidade de mão de obra escrava a preços lucrativos, a essa se somam a existência de terras férteis e economicamente viáveis, e por fim, a permanência de condições favoráveis de demanda externa. Como argumenta Mello.

O desenvolvimento da economia mercantil-escravista está sujeito a três condições fundamentais:

- (1) à disponibilidade de trabalho escravo a preços lucrativos;
- (2) à existência de terras em que a produção pudesse ser rentável; e
- (3) às condições de realização, relativamente autônomas, porque dependem, também, do comportamento das economias importadoras.³⁰

Com o esgotamento progressivo dessas condições, especialmente a partir da década de 1860, a economia mercantil-escravista cafeeira entrou em crise estrutural. A elevação dos custos de transporte, a escassez de mão de obra escrava e a incapacidade de expandir a acumulação diante da queda das taxas de lucro tornaram inviável a continuidade desse modelo. A incapacidade de gerar progresso técnico e suas taxas de lucro estruturalmente inferiores às

³⁰ MELLO, Ibid., p. 59.

do capitalismo industrial tornavam-na inviável a longo prazo. A crise do escravismo, portanto, não poderia ser superada mantendo-se a economia sobre bases mercantis e compulsórias, pois a concorrência internacional, impulsionada pelo progresso técnico e pela expansão do capitalismo industrial, tornava insustentável o sistema escravista.

A incapacidade de gerar progresso técnico e suas taxas de lucro estruturalmente inferiores às do capitalismo industrial tornavam-na inviável a longo prazo. Tal progresso técnico, em vista a utilização de trabalho pago em lugar ao trabalho escravo, também revela mais uma problemática na concepção do trabalho escravista, a forma como os gastos se faziam necessários em cada um desses métodos.

Não é difícil compreender que os custos da indústria escravista deveriam ser marcadamente superiores aos da indústria capitalista. Admitamos igual técnica, idêntico grau de utilização da capacidade produtiva, mesmo preço e eficiência produtiva igual para o escravo e para o trabalhador assalariado. Ainda assim, a taxa de lucro da indústria escravista seria muito inferior, por dois motivos. Primeiro, porque o pagamento da força de trabalho é inteiramente adiantado quando há escravos, enquanto a remuneração do trabalho assalariado é realizada após seu consumo no processo produtivo. Ademais, a rotação do capital variável é mais rápida que a do capital fixo representado pelo escravo, que se distende por toda sua “vida útil.”³¹

Para que o capitalismo de contexto industrial se implantasse plenamente, era necessário criar um mercado de trabalho assalariado, o que exigia a expropriação dos produtores diretos e a formação de uma população “superabundante” de trabalhadores livres, desprovidos de meios de subsistência e compelidos a vender sua força de trabalho, pois os homens livres e pobres, não integrados à economia mercantil, podiam produzir sua própria subsistência em terras disponíveis, não estando, portanto, “impelidos pela necessidade” de vender sua força de trabalho. Tal necessidade, fora futuramente respondida pela imigração, a qual respondeu à questão da falta de mão de obra.

Como já foi explicitado, os Cafeicultores do Oeste Paulista souberam se adaptar melhor a essa nova demanda existente, com o exemplo do Barão de Arary e o Conde do Pinhal, e os investimentos em estrutura nacional foram o polo de virada para a situação da produção cafeeira. Dentre as principais mudanças a qual afetou significativamente os tradicionalistas, do Vale do Paraíba, pode se destacar as mudanças que vieram do desenvolvimento da infraestrutura ferroviária, como um dos principais canais de transferência de capital da lavoura cafeeira para outros setores.

As primeiras ferrovias vieram substituir, pouco a pouco, em certas áreas, os meios de transportes tradicionais: o lombo de burro, o carro de boi e a barcaça. Ao findar-se o

³¹ MELLO, Ibid., p. 76.

Império, o Brasil possuía cerca de nove mil quilômetros de estradas de ferro. A rede ferroviária, embora reduzida, era suficiente para revolucionar em certas regiões o sistema de transporte e a produção. De outro modo, igualmente importante foi a progressiva substituição dos barcos a vela, que faziam a navegação costeira até meados do século, pelos barcos a vapor.³²

Esses investimentos em infraestrutura não apenas facilitaram o escoamento da produção cafeeira, mas também criaram as condições logísticas necessárias para o desenvolvimento industrial local fortalecendo o mercado regional dos locais a qual se passariam as ferrovias. A formação de um mercado interno de consumo foi outro fator crucial nesse processo, "esboçava-se a formação de um mercado interno. Surgiam perspectivas de novos empreendimentos"³³. A imigração em massa³⁴, que substituiu o trabalho escravo, criou uma população urbana em crescimento que passou a demandar produtos manufaturados, estimulando o surgimento de indústrias locais.

Essa imigração em massa, respondia, portanto, a “deficiência dos mercados consumidores”. A população, de baixíssimo poder aquisitivo, estava dispersa por um território imenso e desarticulado pela falta de transportes, constituindo um mercado não lhe podia ser mais desfavorável para a produção em larga escala.

Mas o que sobretudo dificultava o estabelecimento da indústria moderna no Brasil era a deficiência dos mercados consumidores, cuja amplitude encontra na produção em larga escala, que caracteriza a maquinofatura, uma condição essencial que nada pode suprir. A situação brasileira, neste particular, era a mais inconveniente. O nível demográfico e econômico do país e o padrão de vida da sua população eram ínfimos. Isto ainda se agravava pela estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas umas das outras e desarticuladas pela falta de transportes.³⁵

O motivo dessa imigração em grande escala pode ser entendido. Como o final do século XIX foi marcado por um profundo deslocamento estrutural nas economias capitalistas centrais, com repercussões diretas sobre a economia cafeeira brasileira. A industrialização tardia de economias europeias periféricas, notadamente Itália, Alemanha, Espanha e Portugal, gerou intensos processos de expulsão populacional, transformações estruturais em economias europeias atrasadas, criando um enorme contingente de trabalhadores livres, desempregados e

³² COSTA, Ibid., p. 463.

³³ COSTA, Ibid., p. 464

³⁴ A imigração em massa, se refere a imigração que ocorreu no Brasil no final do século XIX foi impulsionada pelo fim do tráfico de escravizados e pelo desejo de substituir a mão de obra. O governo e os fazendeiros, especialmente os de café em São Paulo, incentivaram a chegada de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras e para o "branqueamento" da população. A maioria dos imigrantes, especialmente italianos, alemães e portugueses, se estabeleceu na região Sudeste e Sul do país.

³⁵ PRADO JÚNIOR, Ibid., p. 258.

dispostos à emigração. Esse fenômeno foi decisivo para a constituição de um mercado internacional de trabalho, que se tornaria base material da transição do Brasil do regime escravista para o regime de trabalho assalariado. Os fluxos migratórios europeus, nos anos 1890, amplamente dominados pelos países do sul europeu, sobretudo a Itália, configurando a fonte principal de força de trabalho para o complexo exportador cafeeiro.

É preciso dizer, de imediato, que várias economias européias atrasadas foram sacudidas, nas duas últimas décadas do século XIX, por profundas transformações, que funcionaram como fatores de expulsão, isto é, que provocaram a formação de imensos contingentes de homens livres e sem trabalho, dispostos a emigrar, criando as condições básicas para a constituição do mercado internacional de trabalho. Como também é sabido, as regiões Centro-Norte e Ocidental da Europa representaram, na década de 80, a principal fonte de imigração, enquanto nos anos 90 os países Suleuropeus, muito especialmente a Itália, ganharam larga preponderância.³⁶

Simultaneamente, a economia norte-americana vivia um ciclo de prosperidade entre 1891 e 1893, que contribuiu para atenuar a queda dos preços internacionais do café. No contexto de desaceleração da demanda europeia, a queda expressiva da taxa de câmbio brasileira elevou os preços internos entre 1891 e 1894, assegurando margens de lucro ao setor exportador, mesmo em cenário adverso. Esse mecanismo permitiu que a rentabilidade do café se mantivesse, impulsionando novas inversões de capital e expandindo a capacidade produtiva.

Apesar do crescimento das exportações, a intensificação das desvalorizações cambiais entre 1891 e 1894 elevou os lucros do setor, pois a queda da taxa de câmbio superou o aumento dos salários monetários, comprimindo os salários reais. Esse fenômeno é atribuível a um conjunto de fatores: O ritmo acelerado de acumulação do complexo exportador. A política monetária expansionista; uma manutenção de um gasto público relativamente alto; também a demanda por insumos do nascente setor industrial; O crescimento limitado da agricultura mercantil de alimentos; por fim a intensa especulação cambial. Dessa combinação, resultou um ambiente favorável à expansão do capital cafeeiro, ainda que este, ao ampliar a produção, contribuisse para empurrar os preços internacionais para baixo, revelando o caráter cíclico e contraditório do setor.

Paralelamente, a oferta superabundante de mão de obra permitia a compressão dos salários reais, mantendo os custos laborais baixos. O aumento da rentabilidade acelerou a acumulação, mas a consequente ampliação da produção exerceu uma pressão descendente sobre os preços internacionais. Contudo, a partir de 1895, a entrada em operação de investimentos

³⁶ MELLO, Ibid., p. 130.

industriais e políticas monetárias contracionistas amorteceram as pressões por novas desvalorizações, estabilizando relativamente a taxa de câmbio mesmo com a queda das exportações.

A conseqüente ampliação da produção, no entanto, empurrava os preços internacionais para baixo. Em princípio, as desvalorizações deveriam se aprofundar. Ocorre, porém, que, de um lado, a entrada em operação de grande parte dos investimentos industriais gestados no momento anterior e, talvez, algum crescimento da agricultura mercantil de alimentos, absorveram parte da “demanda potencial” por importações; de outro lado, as políticas monetárias e de gasto contracionistas freiam a acumulação, num momento em que a queda acentuada dos preços internacionais haveria de estar, por si mesma, deprimindo as “expectativas de lucro”. Com isto, as pressões para a desvalorização da taxa cambial se amortecem relativamente, mesmo num instante de acentuada queda das exportações.”³⁷

A crise subsequente desencadeou o primeiro grande debate sobre a intervenção estatal no mercado de café. Parte dos cafeicultores defendia uma ação direta do Estado para retirar excedentes do mercado, com o objetivo de sustentar os preços. Entretanto, conforme argumentava o ministro da Fazenda Joaquim Murtinho, essa proposta era inviável diante da impossibilidade de financiamento interno sem recorrer à emissão de moeda, o que levaria a uma significativa inflação, e da ausência de crédito externo, dado o estado crítico das finanças públicas e as negociações do Funding Loan. Murtinho defendia que a crise deveria cumprir seu papel seletivo, eliminando os produtores menos eficientes, de modo a concentrar a atividade nas mãos dos mais capitalizados. A solução adotada pelo Ministro da Fazenda Murtinho foi a não-intervenção, permitindo que a “seleção natural” liquidasse os produtores menos eficientes e fortalecesse os mais organizados.

No entanto, esta alternativa era infactível. O Estado, em primeiro lugar, não dispunha de outros meios de financiá-la internamente a não ser as emissões, o que significaria inflação, desvalorizações, etc., agravando a situação das finanças públicas, que já era desesperadora. Nem, evidentemente, se poderia contar com créditos externos, num momento em que o Governo brasileiro, incapaz de saldar os compromissos existentes, propunha aos credores internacionais um *Funding Loan*.³⁸

A única solução consistia em admitir a crise cafeeira. Murtinho, o Ministro da Fazenda, ponderava:

“A lavoura de café deve ser considerada em relação ao consumo atual como composta de duas partes, uma constituída em terrenos e climas superiores por agricultores inteligentes e em boas condições econômicas, outra representada pela cultura em terrenos e climas inferiores por agricultores rotineiros, em más condições econômicas” (Murtinho, 1899: xv apud Pelaez, 1971: 37).³⁹

E concluía:

³⁷ MELLO, Ibid., p. 136-7.

³⁸ MELLO, Ibid., p. 139.

³⁹ MURTINHO, 1899: 3-4 apud PELAEZ, 1971: 40 in MELLO, 1975, p. 139-40.

“Convicto de que a intervenção oficial só poderia aumentar nossos males, o Governo deixou que a produção de café se reduzisse por seleção natural, determinando-se, assim, a liquidação e a eliminação dos que não tinham condições de vida, ficando ela nas mãos dos mais fortes e dos mais bem organizados para a luta”⁴⁰

A industrialização financiada pelo capital cafeeiro não se limitou a transformações econômicas, como percebe-se, mas provocou profundas mudanças no cenário político e social brasileiro durante a instável transição para a República. Como analisa Emília Viotti da Costa, "as ideias separatistas nasciam do profundo desequilíbrio entre o poder político e o poder econômico que se observava nos fins do Império"⁴¹. Esse descompasso refletia a contradição entre o novo eixo econômico que se formava no Oeste Paulista e as estruturas políticas ainda dominadas pelas antigas oligarquias do Vale do Paraíba.

Apesar da gravidade da crise, seu impacto foi mitigado pela simultânea expansão da exportação da borracha, que elevou a capacidade de importação da economia brasileira e valorizou o câmbio, resultando em queda dos preços internos do café ainda mais acentuada que a dos preços internacionais. Esse fenômeno teve efeito ambíguo: de um lado, pressionava a renda cafeeira, mas, de outro, reduzia os custos dos insumos importados, inclusive os bens de consumo que compunham o salário, aliviando parcialmente os efeitos da queda de preços para os grandes produtores.

A crise atravessada pelo complexo exportador cafeeiro, ainda que grave, foi por isto muito mais limitada do que se é levado a pensar à primeira vista. Prova é que as colheitas e o volume de exportações cresceram sensivelmente no período, recuperando-se o valor das receitas de exportação de café aos níveis de 1894. Com o boom de exportações da borracha ocorrendo no mesmo momento, a capacidade para importar se elevou em muito, o que, diante da redução das importações e do *funding*, terminou por ocasionar uma profunda valorização da taxa cambial. Conseqüentemente, houve uma queda dos preços internos do café bastante superior à dos preços internacionais.⁷³ A valorização da taxa de câmbio, no entanto, tinha sobre a economia cafeeira um duplo efeito: de um lado, conforme já se disse, reduzia os preços internos do café, mas, de outro, diminuía os custos dos elementos importados componentes dos salários, contribuindo para rebaixá-los.⁴²

Nesse contexto, consolidou-se a “política de valorização”, formalizada no Convênio de Taubaté de 1906. O programa estabeleceu medidas de regulação do mercado, como a fixação de preços mínimos, a limitação de novos plantios, a criação da Caixa de Conversão para

⁴⁰ MURTINHO, 1899: 3-4 apud PELAEZ, 1971: 40 in MELLO, 1975, p. 139-40.

⁴¹ COSTA, Ibid., p. 472.

⁴² MELLO, Ibid., p. 142-3.

estabilizar o câmbio e a contratação de empréstimos externos para financiar a compra de excedentes.

A solução encontrada foi, como se sabe, a “política de valorização”, consubstanciada no acordo de Taubaté. Recordemos suas linhas gerais, enunciando os objetivos perseguidos:

- (1) manutenção dos preços do café entre 55 e 65 francos a saca;
- (2) negociação de um empréstimo externo de 15 milhões de libras para amparar a intervenção no mercado;
- (3) imposição de imposto ao plantio de novos pés de café;
- (4) criação de uma “Caixa de Conversão” destinada a estabilizar o câmbio, impedindo sua valorização;
- (5) proibição da exportação de cafés inferiores.⁷⁶

Em suma, a burguesia cafeeira decidira utilizar o elevado poder de monopólio de que dispunha como classe, pois controlava 75% da produção mundial, para manipular os preços internacionais.⁴³

A burguesia cafeeira, detentora de 75% da produção mundial, utilizou seu poder de monopólio para intervir nos preços internacionais, convertendo sua hegemonia econômica em instrumento de política estatal. O programa foi um êxito em seus termos: os preços e o câmbio mantiveram-se estáveis até 1909, com alta subsequente até 1912. Ao sustentar o complexo exportador, a valorização preservou sua demanda por “wage goods”, permitiu a diversificação da agricultura e pode ter canalizado algum capital excedente para o setor industrial.

Tomando em conta seus objetivos, é indiscutível que o Programa de Valorização representou um completo êxito: os preços internos e internacionais se mantiveram até 1909, subindo de 1910 a 1912, e a taxa de câmbio permaneceu praticamente constante. Além do mais, a capacidade instalada ficou quase no mesmo nível, pois a baixa rentabilidade esperada do investimento, derivada do imposto do plantio e da pressão dos estoques em poder do Estado, bloqueou a acumulação cafeeira, ainda que a rentabilidade efetiva dos cultivos em operação tivesse se mantido e mesmo se ampliado, entre 1910 e 1912, uma vez que a elevação dos preços internos foi absorvida apenas em parte pelo crescimento dos salários monetários.⁴⁴

Esse cenário favorável permitiu a transmutação do capital cafeeiro em capital industrial. A elevada lucratividade do complexo exportador gerou excedentes financeiros que não encontravam possibilidade de reinvestimento produtivo no setor cafeeiro, devido a limitações naturais do cultivo e à contenção do aumento da capacidade instalada imposta pela política de valorização. A burguesia cafeeira constituiu-se na matriz social da burguesia industrial, por ser a única classe com capacidade de acumulação suficiente para financiar o surgimento da grande indústria. Esse excesso de capital monetário, aliado ao apoio do Estado por meio de crédito e

⁴³ MELLO, Ibid., p. 144.

⁴⁴ MELLO, Ibid., p. 145.

facilitação da transição do trabalho escravo para o assalariado, direcionou-se para a indústria nascente. A imigração em massa, ao superar as necessidades da agricultura cafeeira, criou um excedente de força de trabalho disponível nas cidades, configurando as condições objetivas para a formação de um mercado de trabalho industrial. Esse "vazamento" de capital monetário, onde a acumulação financeira superava as possibilidades de acumulação produtiva no café, encontrou na produção industrial uma aplicação rentável.

A indústria encontrou algumas condições propícias. O desequilíbrio crônico das contas externas, manifestado na constante depreciação cambial, encarecia as importações e estimulava a substituição por produtos nacionais. As tarifas alfandegárias, elevadas a partir de 1844 primordialmente para fins fiscais e não protecionistas, criaram uma barreira indireta contra a concorrência estrangeira. A disponibilidade de matéria-prima, como o algodão, e de mão de obra livre barata e abundante, oriunda da massa de desocupados da economia agrária, completaram o quadro de estímulos⁴⁵. Foi assim que uma pequena indústria, sobretudo têxtil, de caráter local, floresceu na segunda metade do século XIX, experimentando seu primeiro surto apreciável no último decênio do Império.

3. CAFÉ, CRISE E CRIATIVIDADE ECONÔMICA.

3.1. FORMAÇÃO INICIAL DAS FERROVIAS.

Já foi comentado anteriormente como a linha ferroviária se mostrou um grande diferencial para o cenário socioeconômico do Brasil como um todo. Esses investimentos em infraestrutura não apenas facilitaram o escoamento do produto bruto para os portos, como o de Santos e Rio de Janeiro, mas também criaram as condições logísticas necessárias para o desenvolvimento industrial, com o escoamento de trabalhadores assalariados, fortalecendo o mercado regional dos locais a qual se passariam as ferrovias. A industrialização financiada pelo capital cafeeiro não se limitou a transformações econômicas, mas provocou profundas mudanças no cenário político e social brasileiro durante a instável transição para a República.

⁴⁵ PRADO JÚNIOR, Ibid., p. 258-259.

Porém voltando a atenção para a ferrovia como marco possibilitado da industrialização e urbanização dos locais ao longe da costa já desenvolvida. Os momentos mais importantes ocorriam em cidades que se desenvolveram a partir principalmente das ferrovias. Campinas, Jundiaí e Rio Claro são exemplos. Jundiaí destacava-se por abrigar o entroncamento entre a Companhia Paulista e a São Paulo Railway, de capital inglês. Campinas, por sua vez, desempenhava papel estratégico devido à ligação com a Companhia Mogiana. enquanto Rio Claro deixou de cumprir essa função após a aquisição, pela Companhia Paulista, da Estrada de Ferro Rio Claro em 1892.

As principais cidades onde se davam a baldeação de cargas e passageiros eram Jundiaí, Campinas e Rio Claro. A primeira devido ao entroncamento da Paulista com a Companhia Inglesa, Campinas em função do tráfego com a Companhia Mogiana e a última deixou de ser, quando a Paulista efetivou a compra da Estrada de Ferro Rio Claro, em 1892.⁴⁶

Para garantir maior controle sobre o tráfego ferroviário, a Companhia Paulista adotou a bitola larga, com 1,60 metro de largura, o qual era padrão em países no exterior da época, em contraste com o padrão de 1 metro utilizado pela maioria das outras companhias. Essa diferença transformava a Paulista em uma espécie de filtro no transporte de mercadorias e passageiros, reforçando sua posição estratégica. Embora houvesse concorrência entre as empresas ferroviárias, elas compartilhavam o objetivo de atender aos interesses regionais no que dizia respeito ao transporte.

Uma figura central nesse processo foi Antônio Prado, presidente da Companhia Paulista entre 1892 e 1928. Além de sua atuação empresarial, teve trajetória política relevante: foi deputado, senador e ministro da Agricultura nos últimos anos do Império, tornando-se um dos principais articuladores da política de contratação de imigrantes. Em 1887, apresentou ao Senado um projeto de reformulação da Lei de Terras de 1850, no qual defendia medidas para facilitar o assentamento de imigrantes, incluindo o mapeamento das terras devolutas para a criação de Núcleos Coloniais.

Uma das figuras expoentes desse processo foi Antônio Prado, presidente da Companhia Paulista de 1892 a 1928, pelo seu empenho em formular instrumentos para viabilizar essa política de imigração. Foi deputado, senador e ministro da Agricultura nos últimos anos do Império e o responsável pela política do governo na

⁴⁶ CALVO, Célia Rocha. TRABALHO E FERROVIA EM SÃO PAULO (1890-1922). Paraná: TEMPOS HISTÓRICOS, 2010. v. 14. ISBN 1983-1463. p. 143.

contratação de trabalhadores estrangeiros. A sua proposta acerca dessa política pode ser visualizada no projeto de “Reformulação da Lei de 1850⁴⁷”, apresentado no senado em 1887⁴⁸

Durante sua gestão no Ministério, entretanto, Prado enfrentou resistência de fazendeiros que se recusavam a ceder parte de suas propriedades para a instalação desses núcleos. A disputa envolvia concepções distintas sobre como solucionar o problema da escassez de mão de obra: para muitos proprietários, a regularização fundiária não deveria ser condicionada à imigração; já para Prado, a organização das terras e a implantação dos núcleos coloniais eram pré-requisitos essenciais para atrair trabalhadores estrangeiros, garantindo-lhes condições mínimas de estadia e trabalho.

É evidente, contudo, que os obstáculos ultrapassavam o âmbito empresarial e exigiam a atuação de diferentes agentes, especialmente aqueles vinculados ao poder público. Nesse contexto, o crescimento populacional ao longo das regiões cortadas pelos trilhos da Companhia Paulista constitui um dado significativo, pois a expansão da ferrovia estimulava novas dinâmicas comerciais e demandava infraestrutura adicional. Ao analisar dados populacionais, destaca justamente o aumento da população em áreas diretamente impactadas pela presença ferroviária onde cresceram juntamente com a expansão cafeeira⁴⁹, onde percebemos, ate mesmo o surgimento de novas cidades que cresceram em volta do desenvolvimentismo urbano baseado nas novas ferrovias. Exemplos como Araras, Barretos e outras cidades a qual tem registros populacionais e comerciais apenas no final do século XIX, quando a ferrovia da companhia paulista e outras se estruturaram por volta de tais regiões, possibilitando um escoamento populacional para o interior de São Paulo.

⁴⁷ Refere-se a LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. A qual dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. BRASIL, LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. dispõe sobre as terras devolutas no Império [...]. Rio de Janeiro, RJ. [1850] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm . Acesso em : 20 de nov. 2025.

⁴⁸ CALVO Ibid., p. 144.

⁴⁹ Analisar o Anexo F: Aumento da produção do café x população ao longo do século XIX e início do século XX. Para melhor compreensão.

3.2. CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

As tentativas iniciais de implantação industrial em São Paulo, até 1880, foram de escala modesta. Na indústria têxtil, o qual viria a ser muito forte em cidades como a de Campinas, os investimentos parecem ter se originado de capitais acumulados nos setores algodoeiro, açucareiro e principalmente cafeeiro, como vimos no capítulo anterior com o dinheiro investido de grandes Barões do café. A partir de 1905, o crescimento industrial se intensificou, impulsionado pelo aumento da capacidade de importação, pela expansão do gasto público e pelo crescimento da agricultura de alimentos, que fornecia insumos para a reprodução da força de trabalho urbana sem pressionar os salários. Indústria e agricultura apoiavam-se mutuamente, criando mercados internos uma para a outra, em um contexto de gasto público expansionista e capacidade para importar em alta.

A própria expansão da agricultura de alimentos, por sua vez, estimula a acumulação industrial e o investimento público, ao suprir abundantemente este componente dos salários, não exercendo qualquer pressão no sentido de elevar o custo de reprodução da força de trabalho urbana; reversamente, o setor industrial estimula o investimento público e a agricultura de alimentos ao prover *wage goods* industriais a preços quase constantes. Quer dizer, devido ao abundante suprimento de força de trabalho, conjugado ao crescimento harmônico da agricultura de alimentos e do setor industrial, não houve qualquer pressão para a subida tanto dos salários monetários quanto dos salários reais, uma vez que o nível de preços manteve-se praticamente constante entre 1903 e 1905, e subiu em 1906 para se estabilizar daí por diante.⁵⁰

Outros setores eram dominados por empresas mecânicas⁵¹, cujos capitais somados representavam menos de 20% do total aplicado até o ano de 1907. Na maioria, as empresas fundadas entre 1891 e 1900 tiveram origem em imigrantes que possuíam algum conhecimento técnico de mecânica ou metalurgia, diretamente vinculadas à produção de máquinas e implementos para a cafeicultura. Entre as demais empresas fundadas no período e ainda existentes em 1907, destacavam-se fábricas de chapéus e calçados, setores que desfrutavam de condições naturais satisfatórias para competir com os produtos importados. Essas empresas

⁵⁰ MELLO, Ibid., p. 159-60.

⁵¹ Analisar o Anexo G: Empresas de máquinas, oficinas mecânicas e fundições, estado de São Paulo no início do Século XX. Para visualização de algumas das principais empresas da área de mecânica nacionais.

caracterizavam-se pela alta intensidade de mão de obra, baixa intensidade de capital e significativa utilização de matéria-prima local.

Entre as demais empresas fundadas até 1880, e existentes em 1907, destacavam-se fábricas de chapéus e de calçados, produtos para os quais parece ter havido satisfatórias condições naturais de competição com os produtos similares importados, e se caracterizavam, como mostra o trabalho de Bandeira, por alto emprego de mão-de-obra e baixo de capital, com maior utilização de matéria-prima local. Entre essas empresas fundadas até 1880, e constantes do levantamento feito por Bandeira, figuram ainda 16 diminutas empresas produtoras de alimentos, bebidas e produtos diversos, e uma têxtil de porte médio, que podem não ter sobrevivido até 1907, pois não constam do censo industrial desse ano.⁵²

O período de 1890 a 1894, observou-se o aprofundamento das políticas protecionistas. A retaguarda protecionista estabelecida desde 1887 foi significativamente elevada, com exceção do ano de 1892. A combinação desse protecionismo tarifário com a acentuada desvalorização cambial iniciada em 1891 proporcionou um substancial aumento da rentabilidade industrial. A expansão da massa de lucros do café, decorrente tanto da alta dos preços externos e internos quanto do aumento da capacidade produtiva gerada a partir de 1886, encontrou na rentabilidade industrial elevada o canal preferencial para a transformação do capital cafeeiro em capital industrial. Dessa forma, o capital cafeeiro contou, no período, com condições amplamente favoráveis à acumulação diversificada: acesso amplo ao crédito, lucros elevados, preços internos do café superiores aos efeitos da desvalorização cambial e custos relativamente estáveis da mão de obra. Como resultado, observou-se incremento expressivo das inversões industriais, sobretudo nas décadas de 1880 e 1890. A fase seguinte, de 1895 a 1897, apresentou um lado negativo. Os preços externos do café caíram ligeiramente até 1896 e de forma acentuada em 1897, embora a desvalorização cambial tenha amortecido parcialmente o impacto no mercado interno (os preços externos caíram 53%, contra 38% nos preços internos).

O lado negativo dos anos de 1895 a 1897, está representado pela queda dos preços externos do café, pequena até 1896, e acentuada em 1897, que é parcialmente compensada pela taxa cambial: os preços externos caem entre 1894 e 1897, de 53%, enquanto os internos diminuem em 38%.⁵³

Paralelamente, o governo revogou, em fins de 1896, o privilégio de emissão monetária dos bancos, convertendo-o em monopólio estatal. O peso da dívida externa e do déficit público pressionava o balanço de pagamentos e a receita fiscal, enquanto o aumento das importações

⁵² CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 5. ed. Campinas: Instituto de Economia-Unicamp, 2007. p. 147-48.

⁵³ CANO, *Ibid.*, p. 153.

de alimentos reduzia ainda mais a capacidade para importar. esse movimento resultou na maior taxa de investimentos do período, representando 33,4% do capital aplicado na indústria têxtil e 21,3% no conjunto do setor industrial. Dos 25.982 contos investidos, 46% provinham diretamente de fazendeiros de café, responsáveis pela instalação da maior indústria mecânica e da segunda maior fábrica têxtil paulista.

nota-se que essas inversões foram realmente as maiores do período, totalizando 33,4% do capital da indústria têxtil e 21,3% do capital de toda a indústria. Dessas inversões totais (Tabela 15) de 25.982 contos, os investimentos feitos diretamente por fazendeiros de café, foram responsáveis por 46%, representados pela maior indústria mecânica e pela segunda mais importante fábrica têxtil de São Paulo.⁵⁴

Entre 1898 e 1901, período marcado por acentuada crise, os preços externos do café voltaram a cair, e os preços internos sofreram os efeitos da valorização cambial. A entrada de 173 mil imigrantes em São Paulo até 1901 pressionou ainda mais os salários da cafeicultura, reduzidos em cerca de 30%, tendência que também se refletiu na economia urbana. Apesar de diminuírem os custos industriais, tais condições comprimiram a demanda por bens de consumo, dificultando o funcionamento das empresas. A crise bancária de 1900 e a política monetária restritiva intensificaram a concorrência, provocando a quebra das empresas mais frágeis. O protecionismo tarifário, que havia diminuído em 1898, ressurgiu em 1899 com a instituição da quota-ouro de 10% sobre os impostos de importação, chegando a 25% em 1901. Esse aumento atuou mais como um mecanismo de sobrevivência para a indústria nacional do que como um estímulo à expansão da produção. Além disso, embora a valorização cambial barateasse os bens de capital importados, a capacidade de importação permanecia limitada, melhorando apenas após 1900. As adições industriais mais importantes desse período foram os 4.000 contos do moinho de Matarazzo e três fábricas têxteis que totalizavam 6.827 contos.

A entrada de mais 173 000 imigrantes em São Paulo, também pressionava os salários da cafeicultura, fazendo-os cair, até 1901, em cerca de 30%, e, à medida que a crise avançava, os salários seriam ainda mais comprimidos. Certamente, essa baixa dos salários rurais refletiu-se também na economia urbana: porém, ao mesmo tempo em que essa baixa salarial reduzia os custos de produção industrial, comprimia, também, a demanda de bens de consumo corrente, agravando dessa forma as condições de funcionamento da indústria.⁵⁵

⁵⁴ CANO, Ibid., p. 153.

⁵⁵ CANO, Ibid., p. 155.

O trabalho de Bandeira Jr., *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*⁵⁶, comenta sobre as principais indústrias crescentes no estado, onde por mais de uma oportunidade. Naquele, o autor expõe a importância dos imigrantes, principalmente italianos para a existência de uma mão de obra qualificada para o trabalho industrial, e demonstra uma visão sobre o trabalho infantil, comumente divulgada pelos grandes burgueses desde o início da industrialização inglesa, a qual se mostra presente na brasileira, afim de utilizar da mão de obra infantil, uma vez que as crianças seriam mais baratas (pagavam as crianças cerca de duzentos réis diários, equivalente a quase doze reais na cotação atual) e manipulável, também por obedecer sem questionamentos as ordens recebidas. Por tal, neste momento se mostravam como uma mão de obra considerável para a classe burguesa.

“O corpo de operários no Estado de S. Paulo eleva-se a numero superior a cincoenta mil entre homens, mulheres e creanças, quase em sua totalidade italianos, porque como já dissemos, são artistas todos os indivíduos dessa nacionalidade. É consideravel o numero de menores, a contar de 5 annos, que occupam em serviços fabris, percebendo salários que começam por duzentos réis diários; mas, mais do que isso, tem esses menores a vantagem, de adquirir hábitos de trabalho, apprendendo um officio que lhes garante o futuro, ao passo que não augmentam a phalange dos menores vagabundos que infestam esta Cidade.”⁵⁷

A partir de 1901, a política econômica retomou trajetória de estabilização, culminando na consolidação cambial em 1905, cujos níveis se mantiveram até 1913. Os meios de pagamento permaneceram estáveis até 1906, crescendo lentamente até 1908 e mais intensamente até 1912-13. Os preços externos do café mostraram recuperação a partir de 1904, com aumento expressivo após 1909, impulsionado pela política de valorização. O protecionismo industrial, já elevado, foi aumentado no fim de 1905, estendendo-se também à agricultura nacional. Em 1911, a Lei dos Similares ampliou ainda mais o grau de proteção à indústria.

Para dimensionar os investimentos no período final analisado (1901-1907)⁵⁸, Cano estabelece um intervalo entre um limite mínimo de 6,0 mil contos e um máximo de 27,7 mil contos. Considerando que os levantamentos de Bandeira e o Censo de 1907 tinham menor

⁵⁶ BANDEIRA JR., Antonio Francisco. *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: TYP. do Diario oficial, 1901.

⁵⁷ BANDEIRA JR., Antonio Francisco. *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: TYP. do Diario oficial, 1901. p. XIII

⁵⁸ Vale ressaltar que nesse meio tempo, 1901-07, foi implantada em 1905 a importante Lei Orçamentária 1452 de 30 de dezembro de 1905, a qual eleva a quota-ouro para 50%, atingindo os alimentos, matérias-primas e manufaturas já produzidas no país e para os demais produtos a quota-ouro era de 35%; Decreto 947-A de 4 de novembro de 1890: “Lei dos Similares”, reformulado pelo Decreto 8592 de 8 de março de 1911. Conforme Dean (1971, p. 93) e Luz (1961, p. 130). In CANO, Ibid., p. 157.

abrangência, especialmente para pequenas empresas, tal questão de fato foi confirmado pelo Censo de 1919, que mostra a sobrevivência de 393 empresas fundadas antes de 1900, 334 entre 1900-04 e 414 entre 1905-09, a hipótese mais plausível é a de que os investimentos estariam mais próximos do limite superior do que do inferior.

Assim, as inversões deste último período devem ser encaradas dentro dos limites mínimos de 6,0 mil contos ao máximo de 27,7 mil contos. Considerando-se que tanto o levantamento de Bandeira como o *Censo de 1907* tiveram menor abrangência, principalmente em relação às pequenas empresas, o que se confirma pelos dados do *Censo de 1919*, que mostra a sobrevivência de 393 empresas fundadas antes de 1900, de 334 entre 1900 e 1904, e de 414 entre 1905 e 1909, fico com a hipótese de que as inversões das empresas fundadas entre 1901 e 1907 estariam mais próximas do limite superior do que do inferior.⁵⁹

As informações disponíveis sobre a produção industrial paulista anterior a 1907 são escassas. Os dados conhecidos referem-se principalmente aos setores de chapéus, calçados e tecidos de algodão, área muito forte em Campinas, tais como a *Fábrica de Chapéus Cury*, fundada por Miguel Vicente Cury. Esse empreendimento realmente tomou forma e força durante o início dos anos de 1920, onde viria a conseguir fama até mesmo internacional⁶⁰. Tal fábrica viria a se tornar uma das mais importantes fabricas de chapéus da América Latina, e continua em existência até os dias atuais⁶¹, mesmo que a fábrica na própria cidade de campinas não esteja mais em funcionamento.

Entre 1900 e 1905, a produção de chapéus cresceu 30%, a de calçados 24% e a de tecidos de algodão pouco mais de 9%. Em 1907, esses três setores representavam cerca de 30% do valor total da produção industrial paulista, sendo 10% relativos a chapéus e calçados e 20% aos tecidos de algodão. A conjuntura econômica do período de 1900 a 1905 indica que o desempenho geral da indústria tendeu mais às baixas taxas do setor têxtil do que às taxas elevadas observadas nos outros dois segmentos. Entre 1905 e 1910, no entanto, ocorreu expressiva expansão: a produção física de tecidos de algodão duplicou, enquanto os setores de chapéus e calçados cresceram 85% e 90%, respectivamente, refletindo a melhora significativa

⁵⁹ CANO, Ibid., p. 157.

⁶⁰ Um dos exemplares criado pela fábrica, sendo o chapéu que o ator Harrison Ford utilizou, o qual acabou sendo imortalizado nos filmes da série “Indiana Jones”

⁶¹ “Os números da empresa desmentem a tese de que não há mais mercado para o chapéu: por mês, a Cury produz entre 20 e 25 mil chapéus. Em 2010, faturou 30 milhões de reais. “O segredo está em ir se adaptando ao gosto do consumidor, que muda com o tempo”, explica o diretor comercial, cuja expectativa é ampliar ainda mais esta cifra a partir da mudança para a nova sede, em Jaguariúna.” In: RIBEIRO, Bruno. Campinas perde a histórica Fábrica de Chapéus Cury. brasil escrito, 2012. Disponível em: <https://brasilescrito.blogspot.com/2012/12/campinas-perde-historica-fabrica-de.html>. Acesso em: 02 dez. 2025.

do cenário econômico após 1905. Quanto ao setor têxtil algodoeiro, duas evidências destacam sua transformação no período. Primeiro, entre 1905 e 1907, sua produção aumentou 16,7%, ao passo que entre 1907 e 1910 o crescimento foi de 77,5%. Durante o período inicial, as fábricas realizaram investimentos de complementação e integração: enquanto o número de fusos dobrou, a qual acaba por reduzir a dependência dos fios importados, o número de teares cresceu menos de 40%, indicando que muitos deles foram instalados apenas por volta de 1905.

Muito raras são as informações existentes sobre a produção industrial no período anterior a 1907 e as conhecidas se referem à produção de chapéus, que cresce 30% entre 1900 e 1905, a de calçados, que cresce 24% e a de tecidos de algodão, que cresce pouco mais de 9%. Esses três produtos representavam em 1907, cerca de 30% do valor da produção industrial paulista, (chapéus e calçados, 10% e tecidos de algodão, 20%) e a situação econômica que configura o período 1900 a 1905, parece pender o resultado possível da produção industrial, mais para as baixas taxas dos tecidos do que para as altas taxas dos dois outros produtos.⁶²

A partir de então, entre 1905 e 1910, verificou-se um crescimento simultâneo dos fusos, dos teares, da potência instalada e do número de operários, sinalizando um salto qualitativo e quantitativo da capacidade produtiva.

No primeiro desses períodos (1900- 1905) muitas fábricas haviam feito investimentos de complementação e integração, pois enquanto a produção crescia pouco, o número de fusos dobrava (significando maior independência em relação aos fios importados), e o de teares crescia em menos de 40% (como a produção cresce pouco, eles devem ter sido instalados por volta de 1905). O salto maior é dado entre 1905 e 1910, quando duplicam os fusos, duplicam os teares, a potência instalada, e o número de operários.⁶³

A segunda evidência refere-se às importações de máquinas e equipamentos para a indústria e a agricultura, registradas pelo *Anuário Estatístico de São Paulo* a partir de 1904. Entre 1904 e 1906, as importações médias situavam-se em torno de 7.000 toneladas. Esse volume salta para mais de 12.000 toneladas em 1907, 1908 e 1909, ultrapassa 17.000 em 1910, alcança 27.400 em 1911 e atinge 40.000 toneladas em 1912–1913. Tal evolução demonstra a rápida modernização e expansão da capacidade industrial paulista às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

A segunda indicação, refere-se às importações de “máquinas e equipamentos para a indústria e a agricultura” publicadas a partir de 1904 pelo *Anuário Estatístico de São Paulo*: entre 1904 e 1906, a média dessas importações girava em torno de 7.000 toneladas; elas saltam para mais de 12.000 toneladas em 1907, 1908 e 1909 subindo

⁶² CANO, Ibid., p. 158.

⁶³ CANO, Ibid., p. 158.

para mais de 17.000 em 1910, para 27.400 em 1911, alcançando as cifras de 40.000 em 1912-1913.⁶⁴

O período compreendido entre 1907 e 1913 mostrou-se especialmente favorável tanto ao aumento da produção quanto à ampliação da capacidade produtiva da indústria brasileira, em particular a paulista. Embora existam poucas fontes que registrem de forma direta a lucratividade da indústria nacional e, especialmente, da indústria do estado de São Paulo, é possível inferir sua rentabilidade por meio dos dados disponíveis. A análise das estatísticas referentes a 1911 e 1912 publicadas posteriormente no *Boletim da Directoria de Indústria e Commercio* de 1914 evidencia um crescimento expressivo em diversos ramos produtivos, indicando não apenas expansão quantitativa dos estabelecimentos, mas também diversificação das atividades industriais.

Os setores que também se destacaram pela expansão. As indústrias de roupas, calçados e tecidos, historicamente fortes no cenário estadual e nacional, apresentaram alguns dos maiores crescimentos registrados. A fabricação de calçados, por exemplo, passou de 1.670 para 2.032 estabelecimentos, representando um aumento de 362 unidades em apenas um ano. A produção de chapéus cresceu de 202 para 227 indústrias, somando 25 novos empreendimentos, enquanto o setor têxtil ampliou-se de 54 para 61 estabelecimentos, totalizando sete novos produtores. A indústria de bengalas, por sua vez, manteve-se estável, com apenas cinco unidades produtivas.

No setor alimentício, por exemplo, observa-se um avanço significativo. A produção de bebidas no estado de São Paulo passou de uma média de 522 estabelecimentos para 600 no ano seguinte, um aumento de 78 indústrias. Na fabricação de vinagre, o número de unidades produtivas cresceu de 86 para 97, acrescentando 11 novos estabelecimentos. Já na produção de conservas, verifica-se uma pequena redução, de 54 para 52 indústrias, apesar do crescimento registrado no âmbito nacional. Esses dados revelam tanto a predominância regional de certos segmentos quanto a dinâmica específica do mercado paulista.

O aumento também foi notável em setores menos tradicionais, o que evidencia o processo de diversificação industrial em curso. A fabricação de fumos e derivados apresentou um crescimento expressivo, passando de 616 para 701 estabelecimentos, um acréscimo de 85 unidades. As indústrias de perfumaria e fósforos também se expandiram, com aumentos de 15 e 5 estabelecimentos respectivamente (de 59 para 74, e de 7 para 12).

⁶⁴ CANO, Ibid., p. 158.

Somados esses dados, constata-se que o estado de São Paulo registrou um acréscimo total de 599 estabelecimentos industriais entre 1911 e 1912, enquanto o crescimento nacional foi de 557 unidades. Isso confirma a posição paulista como principal polo industrial do país, exercendo liderança tanto na produção quanto na capacidade de atração e diversificação de investimentos. Essa expansão desproporcional pode ser explicada, sobretudo, por dois fatores já mencionados anteriormente: primeiro, a sólida base econômica proporcionada pela acumulação de capital da cafeicultura, que criou condições favoráveis ao surgimento e fortalecimento de indústrias em múltiplos setores; segundo, a infraestrutura de transporte, especialmente as ferrovias, que permitiram o escoamento eficiente da produção e estimularam o desenvolvimento de centros industriais no interior do estado.

Assim, consolidaram-se polos industriais relevantes fora das grandes capitais, como Campinas, com sua produção têxtil; Ribeirão Preto, com destaque para a fabricação de móveis; e Araraquara, voltada para a produção de manufaturados ligados à cadeia do café. Esses exemplos demonstram como o crescimento industrial paulista no início do século XX foi marcado não apenas pela expansão quantitativa, mas também pela interiorização e diversificação das atividades econômicas.

Olhando para a produção de Ribeirão, podemos analisar a existência de um tipo de indústria a qual não aparece no boletim da diretoria de indústria, mas que representa a maior parte da indústria da região. Os produtos produzidos por tais empresas, como por exemplo de berços, baús, cadeiras, moveis em geral, portas dentre outros, eram equivalentes a um total de 55 empresas neste período analisado nos exemplos anteriores (1911).

O crescimento na quantidade de 26 (de 1890 a 1910) para 55 empresas (de 1911 a 1930), de 111,53%, e de quatro para nove classes de produtos fabricados (125%), possibilitou tanto um desenvolvimento maior desse ramo como a instalação simultânea de pequenas e médias indústrias.⁶⁵

Apesar da predominância desse setor produtivo na região, ele não se constituía como a única atividade industrial relevante. Observa-se, ao contrário, um cenário marcado pela crescente diversificação, com destaque para a fabricação de roupas e calçados, característica comum ao processo de industrialização paulista no início do século XX. Além disso,

⁶⁵ MARQUES, Leandro Maia. **As pequenas indústrias de Ribeirão Preto/SP: (1870 a 1930)**. São Paulo: Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Profa. Dra. Luciana Suarez Lopes, 2018. p. 78.

consolidaram-se importantes ramos ligados à produção de alimentos e bebidas, bem como à extração e beneficiamento de minerais e à elaboração de produtos químicos.

Esses segmentos representam exemplos da ampliação do parque industrial local, que não se limitava mais às demandas diretas da economia cafeeira, embora esta ainda exercesse forte influência sobre a região. A acumulação de capital proveniente do café, somada à formação de infraestruturas como ferrovias, centros urbanos e mão de obra especializada, criou condições favoráveis para que novos empreendimentos emergissem. Assim, o desenvolvimento industrial passou a assumir contornos mais diversificados, acompanhando a expansão econômica do estado de São Paulo e contribuindo para a integração dessa região ao complexo industrial que se consolidava nacionalmente.

A distribuição dos principais ramos de pequenas indústrias, nesse período, foi a seguinte: primeiro, móveis com 20,7%; segundo, alimentos com 17,7%; terceiro, roupas e calçados com 13,9%; quarto, minerais não metálicos com 10,9%. Esses quatro, de forma conjunta, somaram a considerável porcentagem de 63,2%. Dessa forma foi possível concluir, em linhas gerais, que no período de 1911 a 1930 houve a continuidade de uma maior distribuição da presença dos ramos devida, principalmente, à consolidação de uma maior diversificação das classes de produtos fabricados.⁶⁶

Voltando para a evolução dos períodos. O período de 1907 a 1913 revelou-se particularmente favorável tanto ao aumento da produção quanto à expansão da capacidade produtiva da indústria. Embora faltem dados precisos sobre as taxas de lucro, informações apresentadas por Stein indicam ganhos extremamente elevados para numerosas empresas do Rio de Janeiro e da Guanabara. A crise de pré-guerra, iniciada em 1913, e o início do conflito em 1914 provocaram desaceleração dos investimentos industriais, mantidos em níveis relativamente baixos durante os anos seguintes. Passado o momento crítico de 1913–1914, a produção voltou a crescer rapidamente. Entre 1907 e 1919, a produção de tecidos de algodão em São Paulo quadruplicou (aumento de 325%), enquanto no restante do país cresceu apenas 60%.

A crise de pré-guerra que ocorre ainda em 1913, e o início da guerra em 1914 provocariam uma desaceleração no investimento industrial, mantendo-o a níveis relativamente baixos, mesmo durante os restantes anos da guerra. A produção, passado o período crítico de 1913–1914, retomaria altos níveis de crescimento. Tomado todo o período que vai de 1907 a 1919, a produção de tecidos de algodão em São Paulo, quadruplicava (aumento de 325%) enquanto a do resto do país aumentava apenas de 60%.⁶⁷

⁶⁶ MARQUES, *Ibid.*, p. 123.

⁶⁷ CANO, *Ibid.*, p. 159.

3.3. CRISE PRÉ GUERRA E A RESPOSTA PRODUTIVA

A conjuntura externa do período também impactou a dinâmica econômica interna. O aumento da dívida externa, intensificado pelos empréstimos destinados à valorização do café e a crise internacional de pré-guerra derrubaram os preços do café, reduzindo a receita das exportações, agravada ainda mais pela queda dos preços da borracha desde 1911. Esses fatores provocaram forte desequilíbrio cambial em 1913 e 1914, pressionando pela desvalorização da moeda. A Caixa de Conversão, criada para estabilizar o câmbio, inicialmente conteve essas pressões, vendendo divisas a taxas fixadas acima do valor de mercado. Contudo, esse descompasso levou a uma corrida aos depósitos da instituição, cujos recursos se esgotaram em 1914, precipitando seu fechamento.

Essas pressões só não se traduziram em aumentos grandes da taxa em 1914, graças ao mecanismo estabilizador do câmbio, criado pela instituição da Caixa de Conversão. A situação entre 1913-1914, inverte-se, passando a Caixa a vender câmbio à taxa fixada (que era maior do que a do mercado), enquanto que o mercado cambial sentia pressões altistas. Esse desnível provocou uma “corrida” aos depósitos de divisas da Caixa, cujos recursos se esgotam em 1914, provocando o seu fechamento. [...] Isto me conduz novamente a fazer alguns comentários às críticas feitas por Warren Dean aos índices de crescimento da produção industrial estimados e calculados por Roberto C. Simonsen, cujos resultados apontavam o crescimento real da indústria paulista em 126% (e em 109% para a brasileira) no período de 1914 a 1919.⁶⁸

No âmbito historiográfico, essa conjuntura leva Cano a comentar as críticas de Warren Dean aos índices de crescimento industrial estimados por Roberto C. Simonsen. Dean argumenta que o Censo de 1907 subestimou o valor real da produção industrial, ampliado, portanto, o crescimento entre 1907 e 1919. Ele sustenta que o censo identificou 727 firmas fundadas antes de 1905, mas que, considerando empresas não incluídas, o total deveria alcançar cerca de 1.500 unidades, com 30.000 operários e 155 mil contos de produção números significativamente superiores aos registrados oficialmente. Contudo, Dean não demonstra plenamente a metodologia que o leva a esse cálculo.

verificado entre 1907 e 1919. Mostra que esse último censo constata “a existência de 727 firmas em São Paulo fundadas antes de 1905” (Dean, 1971, p. 101). Admitindo que as empresas não contadas no *Censo de 1907* fossem em média de cinco operários, e que tivessem uma produtividade igual a das grandes empresas, estima que o total para 1907 deveria ser de 1.500 empresas, 30.000 operários e 155 mil contos de

⁶⁸ CANO, Ibid., p. 159-60.

produção, quando o *Censo de 1907* mostrava 326 empresas, 24.186 operários e 118 mil contos de produção. Dean (1971) não demonstra a forma pela qual fez a estimativa da existência de 1.500 empresas (p. 102).⁶⁹

Apesar das divergências metodológicas entre Dean e Simonsen, Cano afirma não haver dúvida de que as taxas médias anuais de crescimento industrial em São Paulo foram substancialmente superiores às do restante do país. Os valores nominais da produção industrial paulista cresceram mais rapidamente que os nacionais, e a participação de São Paulo na produção brasileira passou de 15,9% em 1907 para 30,7% em 1914 e 33,5% em 1920.

Não tenho dúvida em afirmar que as taxas médias anuais de crescimento industrial em São Paulo, foram significativamente maiores em relação ao crescimento do resto do país.⁴⁸ Para isso, aliás, basta se verificar que os valores da produção industrial de São Paulo crescem (em termos nominais, segundo as cifras estimadas por Simonsen) mais do que os valores para o Brasil e a participação da indústria paulista, no total da brasileira, passa, de 30,7% em 1914 (ela havia sido de 15,9% em 1907) para 33,5% em 1920.⁷⁰

Outro autor que argumenta como crescente foi a indústria no contexto de guerra, foi João Manuel Cardoso de Mello, para quem a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) representou um impulso adicional à indústria paulista e nacional. A crise inicial de 1913/14 foi superada graças à chamada "economia de guerra", que, ao reduzir as importações, reservou uma fatia maior do mercado interno para a produção nacional, permitindo a absorção da capacidade ociosa e a posterior expansão industrial.

[...] 'economias de guerra'. Gozando desta situação excepcional, a participação dos bens de consumo não-duráveis na pauta de exportações sobe de 3,8%, em 1901/13, para 15,2%, em 1914 e 1918 (Villela & Suzigan, 1973: 138). Ademais, o papel da substancial queda da capacidade para importar, aliada às dificuldades físicas de suprimento, não é de se desprezar. Elevou-se, em muito, o poder de competição externo da indústria, permitindo reservar uma maior fatia do mercado interno para a produção nacional. [...] Fica deste modo esclarecido como a Primeira Guerra Mundial contribuiu para a recuperação da crise industrial de 1913/14 e a posterior expansão da produção, que se fez absorvendo capacidade produtiva gerada anteriormente.⁷¹

Enquanto isso, também se é argumentado que o complexo cafeeiro passou a conhecer uma nova fase de extraordinária expansão durante a década de 1920, com a produção média saltando para patamares sem precedentes.

⁶⁹ CANO, Ibid., p. 161.

⁷⁰ CANO, Ibid., p. 164 -5.

⁷¹ MELLO, Ibid., p. 163.

O complexo exportador cafeeiro volta a conhecer, nos anos 20, uma extraordinária expansão: a produção média, que se situara próxima aos 14,1 milhões de sacas tanto entre 1914/15 e 1918/19, quanto no período de 1919/20 a 1923/24, sobe para 18,2 milhões entre 1924/25 e 1928/29, atingindo 24,2 milhões de sacas nos anos 1929/30 a 1933/34, quando os cafeeiros plantados na segunda metade da década anterior se tornaram plenamente produtivos (Pelaez, 1971: 210).⁷²

Prado Jr. argumenta, porém, que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) representou um ponto de inflexão, ao dificultar drasticamente as importações e, com a queda do câmbio, reduzir a concorrência estrangeira. O censo de 1920 registrou um salto expressivo: 13.336 estabelecimentos, com um número significativo fundado justamente no quinquênio da guerra. No entanto, Prado Júnior adota uma visão crítica sobre a natureza desse desenvolvimento industrial. Ele afirma que a indústria brasileira, protegida por tarifas elevadas e pela depreciação cambial, passou a viver de forma “parasitária”, sem a necessidade de lutar pela conquista de mercados ou de buscar eficiência. Esse ambiente protecionista, embora tenha assegurado sua existência, também a onerou, pois encarecia a importação de maquinaria, sem incentivar a renovação e o aperfeiçoamento tecnológico. O resultado foi uma indústria “rotineira e de baixo nível qualitativo”, dispersa em pequenas unidades, sem progresso técnico sustentado e sem o processo de concentração da produção típico do capitalismo industrial maduro.⁷³

Além disso, comenta sobre como um setor estratégico que começou a se desenvolver tardiamente foi o metalúrgico e siderúrgico. A Primeira Guerra deu o impulso inicial, culminando na instalação da Belgo-Mineira em 1921. Contudo, a produção permaneceu incipiente e rudimentar por muito tempo, utilizando carvão vegetal e dependendo de coque importado. Apenas com a Segunda Guerra Mundial é que a siderurgia e a metalurgia pesada adquiriram o vulto e a complexidade necessários para sustentar um parque industrial mais autônomo

A maior parte da produção era de ferro redondo para construções. Mas assim mesmo dará origem a pequenas manufaturas instaladas nos grandes centros (em particular São Paulo e menos no Rio de Janeiro) que elaboram o ferro produzido em Minas Gerais e fabricam diferentes artigos acabados de ferro e aço. Nestes centros também aparecem indústrias de aço que utilizam a sucata que se vai tornando abundante nestas aglomerações de grande vulto. Forma-se assim uma pequena indústria metalúrgica que produz toda a sorte de artefatos de uso corrente (pregos, ferramenta, cutelaria, etc.) e até peças e mesmo maquinaria de certa complexidade (como p. ex. teares, geradores elétricos, etc). Esta indústria, contudo, ainda será por muito tempo

⁷² MELLO, Ibid., p. 164.

⁷³ PRADO JÚNIOR, Ibid., p. 262-263.

incipiente e rudimentar. Somente a partir da II Grande Guerra adquirirá certo vulto e atingirá padrões mais elevados.⁷⁴

Dessa forma, torna-se evidente como diferentes autores analisam de maneira distinta, o processo de industrialização paulista e brasileira no contexto da crise pré-Primeira Guerra Mundial e das instabilidades decorrentes do conflito global. Visto ser um período marcado por profundas incertezas econômicas e pela retração do mercado internacional, fatores que contribuíram para a queda do preço do café e para a consequente perda de capital acumulado pelo setor cafeeiro, até então o principal motor da economia nacional.

Apesar desse cenário adverso, o que já vinha sendo construído no âmbito industrial desde o final do século XIX demonstrou capacidade de resistência e continuidade. Mesmo enfrentando limitações estruturais e um quadro de redução do nível qualitativo da produção apontado por alguns autores como um reflexo da urgência e improvisação de certas iniciativas industriais, o setor foi capaz de manter e, em alguns casos, ampliar suas bases produtivas.

Assim, mesmo em meio à instabilidade mundial, a indústria nacional mostrou-se capaz de gerar frutos, evidenciando que o processo de industrialização não foi meramente reativo às crises externas, mas resultado de uma estrutura produtiva em formação, sustentada por capitais, práticas e experiências acumuladas anteriormente. O período, portanto, representa não apenas um momento de dificuldade, mas também de consolidação e redefinição das bases da industrialização brasileira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o papel da economia cafeeira como motor primário da industrialização paulista, destacando a transição da economia colonial-mercantil para uma economia de base capitalista e industrial entre o final do século XIX e o início do século XX. Ao longo da pesquisa, buscou-se demonstrar que a formação do complexo industrial paulista não foi um processo espontâneo ou desvinculado da estrutura agrária anterior, mas resultado direto da acumulação de capital gerada pela cafeicultura, bem como das

⁷⁴ PRADO JÚNIOR, *Ibid.*, p. 269.

transformações econômicas, sociais e políticas que marcaram o declínio do regime escravista e a consolidação do trabalho assalariado.

A expansão da economia cafeeira no final do século XIX não apenas redefiniu a posição do Brasil no mercado internacional, como também criou as bases materiais e institucionais para a transformação de sua estrutura econômica interna. Entre os elementos centrais desse processo, destaca-se a formação da malha ferroviária, cuja função extrapolou o simples escoamento da produção agrícola, assumindo papel decisivo na integração territorial, na urbanização do interior paulista e na consolidação de um mercado interno capaz de sustentar o avanço industrial.

A análise da economia colonial, a partir da interpretação de João Manuel Cardoso de Mello, permitiu compreender como o Brasil se integrou historicamente ao capitalismo mundial enquanto economia complementar e subordinada, voltada à produção mercantil de exportação sob o comando do capital comercial. Esse modelo, sustentado pelo trabalho compulsório e pelo exclusivo metropolitano, mostrou-se funcional à acumulação primitiva de capital nas economias centrais, mas revelou limites estruturais frente às novas exigências do capitalismo industrial, que demandava produção em massa, ampliação dos mercados consumidores e redução dos custos de reprodução da força de trabalho.

Nesse sentido, a crise do sistema escravista e da economia mercantil-escravista cafeeira não deve ser entendida como um colapso imediato, mas como um processo de esgotamento gradual de suas condições fundamentais de reprodução. A escassez de mão de obra escravizada, a elevação dos custos produtivos, a queda tendencial das taxas de lucro e a crescente concorrência internacional evidenciaram a inviabilidade de manutenção desse modelo no longo prazo. A transição para o trabalho assalariado, impulsionada pela imigração europeia em massa, foi elemento central para a reorganização produtiva e para a constituição de um mercado interno capaz de sustentar a industrialização nascente.

A pesquisa demonstrou que o Oeste Paulista assumiu papel estratégico nesse processo, ao concentrar as áreas mais dinâmicas da produção cafeeira e ao reunir condições favoráveis à reinserção de capitais em atividades urbanas, financeiras, ferroviárias e industriais.

Os estudos de caso do Barão de Arary e do Conde do Pinhal evidenciaram, de forma concreta, os mecanismos de diversificação do capital cafeeiro e sua transmutação em capital industrial. As trajetórias desses agentes ilustram como a burguesia cafeeira nacional atuou simultaneamente na lavoura, no comércio de exportação, no sistema bancário, nas ferrovias e nas primeiras iniciativas industriais, demonstrando que o capital gerado pelo café foi decisivo

para financiar a modernização econômica paulista. Tais exemplos reforçam a hipótese de que a industrialização brasileira teve, em sua fase inicial, uma base eminentemente agrária, sendo conduzida por setores da elite cafeeira capazes de reorganizar seus investimentos diante das crises e das novas oportunidades do mercado.

A análise das crises do café, especialmente a partir da década de 1890, mostrou que as flutuações do mercado internacional, longe de inviabilizarem o complexo exportador, contribuíram para acelerar o deslocamento de capitais para outros setores. A política de valorização do café, formalizada no Convênio de Taubaté de 26 de fevereiro de 1906, ao mesmo tempo em que sustentou a rentabilidade do setor, limitou a expansão da capacidade produtiva cafeeira, favorecendo o redirecionamento dos excedentes financeiros para a indústria. Assim, o Estado desempenhou papel fundamental ao converter a hegemonia econômica da burguesia cafeeira em política pública, criando condições institucionais para a consolidação do capitalismo industrial.

O período entre 1907 e 1913 revelou-se particularmente favorável à expansão industrial, tanto em termos de produção quanto de capacidade instalada. A crise pré-Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1913, e o início do conflito em 1914 provocaram uma desaceleração temporária dos investimentos. No entanto, passada a fase mais aguda da crise, a produção voltou a crescer rapidamente. Entre 1907 e 1919, a produção de tecidos de algodão em São Paulo quadruplicou, enquanto no restante do país cresceu de forma muito mais modesta.

No plano historiográfico, esse contexto deu origem a debates importantes sobre as taxas de crescimento industrial. Cano discute as críticas de Warren Dean às estimativas de Roberto Simonsen, especialmente quanto à subestimação da produção industrial no Censo de 1907. Apesar das divergências metodológicas, há consenso de que o crescimento industrial paulista foi substancialmente superior ao do restante do país, com a participação de São Paulo na produção industrial brasileira aumentando de forma expressiva nas primeiras décadas do século XX.

Autores como João Manuel Cardoso de Mello argumentam que a Primeira Guerra Mundial funcionou como um estímulo adicional à indústria nacional, ao reduzir drasticamente as importações e reservar maior parcela do mercado interno à produção doméstica. Em contrapartida, Caio Prado Júnior adota uma posição mais crítica, afirmando que o protecionismo e a desvalorização cambial favoreceram uma industrialização de baixo nível tecnológico, marcada pela dispersão produtiva e pela ausência de um processo consistente de concentração industrial.

Apesar dessas limitações e críticas, o período evidencia que a indústria brasileira foi capaz de resistir às crises externas e consolidar suas bases produtivas. O processo de industrialização não se configurou apenas como uma resposta conjuntural às crises internacionais, mas como resultado de uma estrutura econômica em formação, sustentada pela acumulação de capital cafeeiro, pela expansão da infraestrutura ferroviária e pela experiência produtiva acumulada desde o final do século XIX. Assim, a crise pré-Primeira Guerra Mundial, longe de representar apenas um momento de retração, constituiu também um período de redefinição e consolidação das bases da industrialização paulista e brasileira.

Dessa forma, conclui-se que a industrialização paulista não representou uma ruptura abrupta com a economia cafeeira, mas sim um desdobramento de suas próprias contradições internas. O café, ao mesmo tempo em que estruturou a economia agroexportadora, gerou os recursos, os agentes sociais e as condições materiais que possibilitaram a emergência da indústria nacional. A compreensão desse processo contribui para uma leitura mais crítica da formação econômica brasileira, ao evidenciar a centralidade da herança colonial e escravista na constituição do capitalismo no país, bem como os limites e especificidades de uma industrialização tardia e dependente.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para o debate historiográfico acerca da relação entre economia cafeeira e industrialização, oferecendo subsídios para futuras pesquisas que aprofundem a análise regional, social e política desse processo, especialmente no que se refere às articulações entre capital agrário, Estado e indústria na formação da sociedade brasileira contemporânea com situação da indústria nacional.

REFERENCIAS:

BANDEIRA JR., Antonio Francisco. **A Indústria no Estado de São Paulo em 1901**. São Paulo: TYP. do Diário oficial, 1901. Disponível em: <https://app.docvirt.com/livrossp/pageid/23083> . Acesso em: 28 de nov. 2025.

BRASIL, **LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850**. dispõe sobre as terras devolutas no Império [...]. Rio de Janeiro, RJ. [1850] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm . Acesso em: 20 de nov. 2025.

CALVO, Célia Rocha. **TRABALHO E FERROVIA EM SÃO PAULO (1890-1922)**. Paraná: TEMPOS HISTÓRICOS, 2010. 141-156 p. v. 14. ISBN 1983-1463.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: Instituto de Economia-Unicamp, 2007.

CAMPOS, Cristina de. **Ferrovias e saneamento em São Paulo: o engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza e a construção da rede de infra-estrutura territorial e urbana paulista, 1870-1893**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-30112010-144111/>. Acesso em: 06 nov. 2025.

COSTA, Emília Viotti Da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. ISBN 85-7139-232-3.

MARQUES, Leandro Maia. **As pequenas indústrias de Ribeirão Preto/SP: (1870 a 1930)**. São Paulo: Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Profa. Dra. Luciana Suarez Lopes, 2018.

MARSON, Michel Deliberali. **Origens dos empresários da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1900**. 22. ed. Belo Horizonte: Nova Economia, 2012. 481-511 p. v. 3.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998. ISBN 85-11-09010-X.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. ISBN 85-11-13017-9.

RIBEIRO, Bruno. Campinas perde a histórica Fábrica de Chapéus Cury. **brasil escrito**, 2012. Disponível em: <https://brasilescrito.blogspot.com/2012/12/campinas-perde-historica-fabrica-de.html>. Acesso em: 02 de dez. 2025.

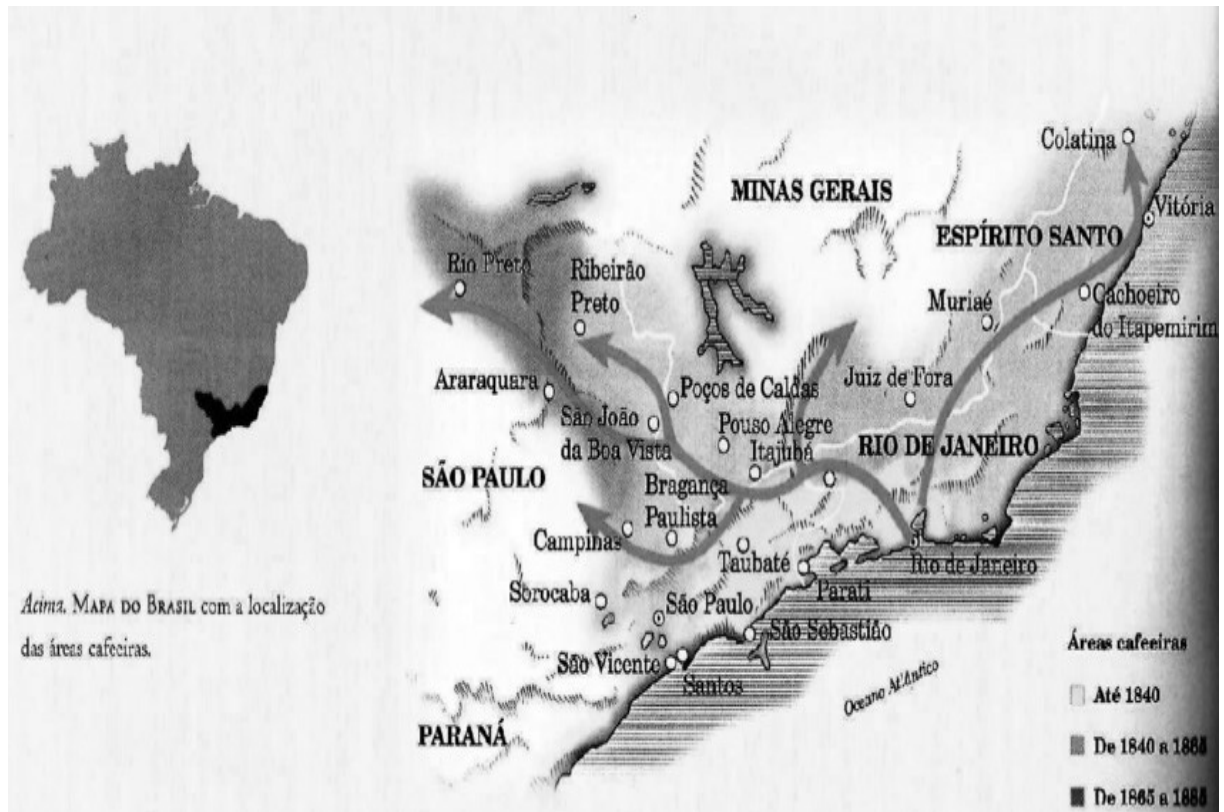
RIBEIRO, Maria Alice Rosa; CAMPOS, Cristina De. **História da riqueza na economia cafeeira paulista: a família Arruda Botelho (1854-1901)**. 24. ed. Campinas: Artigos & Ensaios, 2012, p. 59-73.

SAES, Flávio Azevedo Marques De. **Crédito e desenvolvimento em economias agroexportadoras**: O caso de São Paulo (1850-1930). 29. ed. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 1988. 29-48 p.

SILVA, Gustavo Pereira Da. **Uma dinastia do capital nacional**: A formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897). Orientadora: Dra. Ligia Maria Osório Silva. Campinas: Tese de Doutorado (tese para obtenção do título de Doutor em desenvolvimento econômico, na área de História Econômica). Unicamp, 2011.

ANEXOS:

Anexo A: Mapa da expansão cafeeira paulista entre 1840 e 1885.



Fonte: Arquitetura na Formação do Brasil (BICCA, 2008:200)

Anexo B: Exportadores de café durante o ano financeiro 1885-1886 – valores café em sacas de 60 kg

CASA EXPORTADORA	SACAS CAFÉ EXPORTADAS
1 - J. F. de Lacerda & Cia.	225.468
2 - Zerrener Bülow & C.	204.395
3 - Holworthy & Ellis	119.983
4 - Hard Hand & C.	118.526
5 - John Bradshaw & C.	114.027
6 - Jonh Ford & C.	100.787
7 - Felix Sawen	91.900
8 - Arbuckle Brothers	77.473
9 - A. Trommel & C.	76.853
10 - Berla Cotrim & C.	75.268
11 - Augusto Leuba & C.	73.191
12 - Theodor Wille & C.	71.710
13 - Petzoldt, Hafers & C.	63.166
14 - J. Reiche & C.	40.199
15 - Le Cocq, Gardener C.	34.942
16 - Hermann Hayn & C.	31.712
17 - H. Iden & C.	29.384
18 - Vockerodt & C.	28.864
19 - Mac Kinnel & C.	20.651
20 - Frederico Kruger	12.800
21 - Alberto Thon & C.	11.661
22 - Edward Johnston & C.	10.028
23 - Saur Jouaulti & C.	7.521
24 - João Alberto da Costa	5.909
25 - Domenico Levrero	1.268
26 - G. Vackheuser	1.185
27 - R. Wahnschaffe	189
28 – Diversos	3.605
Cabotagem & Rio da Prata	4.511
TOTAL	1.657.176

Fonte: Relatório ACS (1886, Anexo 13) in Silva, 2011, p. 197.

Anexo C: compra de ações de sociedades anônimas por parte de José de Lacerda Guimarães através da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., 1889-1893 – valores em réis (Rs.)

ANO 1889-1890	Valor (Rs.)
Compra de 2 ações da Companhia Paulista	57.000
2ª Entrada de 314 ações da Cia. Paulista	12.573.650
2ª Entrada de 25 ações da Cia. Paulista	1.001.000
2ª Entrada de 1 ação da Cia. Paulista	40.200
3ª Chamada de 314 ações da Cia. Paulista	12.573.650
3ª Chamada de 25 ações da Cia. Paulista (CONTA DA BARONESA DE ARARY)	1.001.000
3ª Chamada de 1 ação da Companhia Paulista (CONTA DE MARIA OTTILIA, filha de José de Lacerda Guimarães)	40.200
1ª Entrada de 10% de suas 200 ações da Companhia E. F. do Muzambinho	4.000.000
2ª Chamada sobre 200 ações da Cia. Estrada de Ferro do Muzambinho	4.000.000
1ª Entrada de 10% sobre 1.000 ações do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo	20.000.000
2ª Chamada de sobre 1.000 ações do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo	20.000.000
1ª Entrada de 10% sobre 2.500 ações do Banco União de São Paulo	50.000.000
TOTAL	125.286.700
ANO 1890-1891	Valor (Rs.)
Sua parte em 1 ação da Cia. Paulista comprada para completar as 3 ações	43.640
1ª Entrada de 10% de 250 ações da Cia. Lacerda (por conta de Albano Octavio, filho de José de Lacerda Guimarães)	2.500.000
Entrada sobre 66 ações da Estrada de Ferro do Muzambinho (pago no RJ)	2.640.000
Entrada de 10% de 266 ações da Estrada de Ferro do Muzambinho (pago no RJ)	5.320.000
1ª Entrada sobre 400 ações da Companhia Fabril Paulistana	7.200.000
2ª Chamada de suas 2.500 ações do Banco União de São Paulo	50.000.000
2ª Chamada de 50 ações do Banco União de São Paulo com Pedro de Castro	1.000.000
1ª Entrada de 10% de suas 1.000 ações do Banco Ítalo-Brasileiro	20.000.000
1ª Entrada de 10% de 200 ações do Banco de Santos	4.000.000
2ª Entrada de 10% de 76 ações do Banco de Santos	1.520.000
TOTAL	94.223.640
ANO 1892-1893	Valor (Rs.)
5ª Entrada de 10% de suas 266 ações da Estrada de Ferro do Muzambinho (pago no RJ)	5.320.000
3ª Chamada de ações do Banco de Santos	1.520.000
TOTAL	6.840.000

Fonte: CONTAS CORRENTES JLG (1883-1893). in Silva, 2011, p. 238.

Anexo D: Carta para formalizar o início da utilização (em trafego provisório) a parte construída da Estrada de Ferro de São Carlos do Pinhal.

Rio – Claro 23 de Março de 1883.

III^{mo}. Ex^{mo}. Sen^{rs}.

Accuso recebimento do officio com data de hoje em o qual V^a. Ex^a. me mandam informar se a parte construida da Est. de F. de S. C. do Pinhal está em condições de receber um trafego provisorio e na natureza das obras a fazer no pequeno trecho que falta para chegar à cidade de São Carlos é tal que se possa entender, sem inconveniente, o mesmo trafego até esse ponto logo que as obras estejam concluídas. –

Em resposta tenho à informar que a linha na extensão de 57 kilometros, que vae d'esta cidade à estação do Feijão, acha-se em condições de poder-se n'ella inaugurar o trafego provisorio, conquanto as estações não estejam ainda todas comcluídas e mesmo se esteja ainda construindo um pontilhão cuja necessid^e. porém não obstem de modo algum à um trafego provisorio. –

Em relação ao trecho que falta para se chegar a cid^e. de São Carlos tenho à informar que a natureza das obras é tal que uma vez concluído o assentamento de trilhos, sem inconveniente algum póde-se entender o trafego provisorio até aquella cidade. –

D^s. G^{de}. à V^a. Ex^{as}.

III^{mos}. Ex^{mos}. Sen^{res}.

Visconde do Rio Claro

Ten^{te}. Coronel Est. José d'Oliv^{ra}.

Dig^{mos}. Directores da C^{ia}. Rio – Claro

O Eng^{ro}. Chefe

A. F. Paula Souza

Eng^{ro}. civil

Anexo E: Composição da riqueza do Conde do Pinhal em 1901

	Valor	Participação
Monte mor	11.272:665\$055	
Avanço de Legítima	3.884:635\$000	34,46%
Ações da Cia Agrícola de Ribeirão Preto	3.127:500\$000	27,74%
Fazendas da Meeira Condessa do Pinhal	677:585\$000	6,01%
Fazenda do Pinhal	552:265\$000	
Fazendas Salto de Jahu e São Joaquim em Dois Córregos	125:320\$000	
Dinheiro	19:233\$523	0,17%
Ativos Financeiros	1.575:861\$250	13,98%
Ações do Banco União de São Carlos	1.064:830\$000	
Ações do Banco São Paulo	468:585\$000	
Ações das Cias de Estradas de Ferro	42:446\$250	
Bens Imóveis Urbanos	762:800\$000	6,77%
Dívida Ativa – dívida da Cia Agrícola RP	182:000\$000	1,61%
Dívida Ativa dos filhos para a herança	1.089:421\$245	9,66%
Diferença de cálculos[20]	11.319.036,018	100,41%

Fonte: Inventário do Conde do Pinhal, 1901. In RIBEIRO, 2012. p. 71.

Anexo F: Aumento da produção do café x população ao longo do século XIX e início do século XX

Unidades Estatísticas	Café					População				
	1836	1854	1886	1920	1935	1836	1854	1886	1920	1935
RIO CLARO	—	99.670	600.000	312.127	155.982	—	6.564	20.133	50.416	55.706
Anápolis	—	—	—	116.140	78.854	—	—	—	7.393	6.344
Total				428.267	244.836				57.809	62.050
ARARAS	—	—	500.000	244.107	292.083	—	—	9.579	25.613	24.234
ARARAQUARA	440	2.000	140.000	410.320	839.125	2.764	4.965	9.559	48.119	66.916
BARRETOS	—	—	—	88.947	188.142	—	—	—	39.782	30.243
Cajobi	—	—	—	310.227	231.354	—	—	—	—	10.820
Olimpia	—	—	—	—	524.660	—	—	—	45.046	48.449
Colina	—	—	—	—	381.895	—	—	—	—	24.422
Guaíra	—	—	—	—	39.685	—	—	—	—	7.900
Total				399.174	1.365.736				84.828	121.924
JABUTICABAL	—	—	40.000	306.787	525.438	—	2.885	26.224	51.941	62.962
Bebedouro	—	—	—	255.726	470.360	—	—	—	28.803	31.576
Monte Azul	—	—	—	123.440	139.603	—	—	—	19.910	11.789
Pitangueiras	—	—	—	162.860	239.842	—	—	—	13.350	13.809
Guariba	—	—	—	103.220	206.420	—	—	—	8.801	9.685
Viradouro	—	—	—	73.973	295.452	—	—	—	15.951	17.266
Total				1.026.006	1.877.115				138.756	147.087
DESCALVADO	—	—	416.667	267.727	238.833	—	2.430	8.257	22.035	19.182
Porto Ferreira	—	—	—	54.940	16.525	—	—	—	5.521	5.012
Piraçununga	—	—	—	112.047	187.730	—	—	15.913	19.692	25.191
Leme	—	—	—	46.187	87.597	—	—	—	9.153	9.798
Santa Cruz da Conceição	—	—	—	72.367	—	—	—	—	5.965	—
Total				553.268	530.685			24.170	62.366	59.183
LIMEIRA	—	121.800	200.000	167.240	229.577	—	5.045	15.879	32.550	40.723
PALMEIRAS	—	—	244.800	155.860	145.162	—	—	5.650	12.784	9.858
SÃO CARLOS	—	—	66.667	693.193	460.684	—	—	16.104	54.225	51.620
SANTA RITA	—	—	250.000	238.100	109.331	—	—	6.495	20.207	16.247

Fonte: Milliet, 1982. In CALVO, 2010. p. 146.

Anexo G: Empresas de máquinas, oficinas mecânicas e fundições, estado de São Paulo no início do Século XX.

Empresas	Fundação	Cidade	Proprietários
Fundição Vielhaber	1895	Ribeirão Preto	Gustavo Vielhaber
Fundição Ferro e Bronze	1895	São Paulo	George Craig e Julio Martins
Grande Oficina de Caldeireiro	n.d.	São Paulo	Virgilio Antonio de Brito
Grande Fundição do Braz	1892	São Paulo	Francisco Amaro
Grande Oficina Mechanica Arens	1876	Jundiaí	Irmãos Arens
Grande Fundição Sidow	1874	São Paulo	Heitor Prado
Companhia Mac Hard	1875	Campinas	Guilherme Mac Hardy
The Lidgerwood Manuf. Company	1860	Campinas e São Paulo	Lidgerwood
Oficina Mechanica Krahenbuhl	1860	Piracicaba	Pedro Krahenbuhl
Cia. Mechanica Importadora de São Paulo	1890	São Paulo	Siciliano, Camargo e Lacerda
Pedro Faber	n.d.	Campinas	Pedro Faber
F. & L. Sydow	n.d.	São Paulo	Francisco Sydow
A. Milanesi & Irmãos	1900	Botucatu	Família Milanesi
Haupt & Cia.	1823	São Paulo	n.d.
Vagnotti & Cia.	1900	São Paulo	n.d.
J. Nicola & Irmãos	1888	Mococa	n.d.
Serafim Blasi & Cia.	1894	Botucatu	n.d.
Metalúrgica Ruegger	1895	Araras	n.d.
Indústria Metalúrgica Bruno Meyer	1892	Rio Claro	Faria/ Gloria/ Meyer
Naschold & Cia.	1897	São Paulo	Steobel/ Naschold

Fonte: BANDEIRA JR., A Indústria no Estado de São Paulo em 1901. In Marson, 2012 p. 505.

Anexo H: relação do número de estabelecimentos de indústrias em São Paulo nos anos de 1911 e 1912.

INDÚSTRIAS	Número de estabelecimentos				Relação				Aumento	
	S. Paulo		Outros Estados		de S. Paulo		dos outros Estados		S. Paulo	Outros Estados
	1911	1912	1911	1912	1911 %	1912 %	1911 %	1912 %		
Fumos e seus preparados.	616	701	1.502	1.500	29,0	31,8	71,0	68,2	+ 85	— 2
Bebidas	522	600	1.022	1.171	33,8	33,9	66,2	66,1	+ 78	+ 149
Phosphoros	7	12	23	25	23,3	32,4	76,7	67,6	+ 5	+ 2
Calçado	1.670	2.032	2.872	3.189	36,7	38,9	63,3	61,1	+ 362	+ 317
Velas	—	—	11	14	—	—	—	—	—	+ 3
Perfumarias	59	74	213	228	21,6	24,5	78,4	75,5	+ 15	+ 15
Productos pharm.cos	114	128	509	517	18,2	19,8	81,8	80,2	+ 14	+ 8
Vinagre	86	97	233	248	27,0	28,1	73,0	71,9	+ 11	+ 15
Conservas	54	52	237	254	18,5	17,0	81,5	83,0	— 2	+ 17
Cartas para jogar	3	2	4	5	43,0	28,5	57,0	71,5	— 1	+ 1
Chapéos	202	227	332	356	37,8	38,9	62,2	61,1	+ 25	+ 24
Bengalas	5	5	15	24	25,0	17,2	75,0	82,8	—	+ 9
Tecidos	54	61	136	135	28,4	31,1	71,6	68,9	+ 7	— 1
Somma	3.392	3.991	7.109	7.666	32,3	34,2	67,7	65,8	+ 599	+ 557

Fonte: Boletim da Directoria de Industria e Commercio - publicação: 1914. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011363&parte=1>.